

Quem disse ?

«O raciocínio aplicado para actualizar os valores da pensão dos trabalhadores rurais deve aplicar-se à pensão social para mulheres idosas»

Helena Roseta
Visão, 17 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1053 24 FEVEREIRO 2000 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO
SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Eleições para a Presidência da República

Governo consagra voto emigrante

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, apresentou terça-feira a proposta de lei eleitoral para a Presidência da República, dando assim cumprimento a mais um ponto do programa do Governo, onde se prevê a concretização do direito de voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais, de acordo com a revisão constitucional de 1997.

Se a proposta de lei for aprovada – precisa de dois terços no Parlamento –, os residentes no estrangeiro inscritos nos cadernos eleitorais para a eleição da Assembleia da República em 31 de Dezembro de 1999 vão ter direito a voto no próximo acto eleitoral para a escolha do chefe de Estado. Vão também poder votar os cidadãos nacionais que se encontrem em serviço ou actividade de interesse público fora do país, os residentes nos países de língua portuguesa (incluindo Timor-Leste e Macau) e os residentes nos países membros da União Europeia.

O Governo está ainda disposto a alargar o direito de voto aos portugueses não residentes em países lusófonos, ou da União Europeia, desde que não tenham deixado de ter residência habitual no país há mais de 15 anos. Por outro lado, o Executivo socialista pretende consagrar o direito de voto antecipado e restringe-o aos cidadãos portugueses que, sendo também cidadãos de outro Estado, residam no respectivo território.

A proposta de lei estabelece ainda que o direito de voto dos emigrantes é exercido presencialmente, já que só desta forma se asseguram os requisitos constitucionais de pessoalidade e sigilo do direito ao sufrágio. Por outras palavras, é proibido o voto por correspondência, que se considerava inconstitucional.

Pina Moura anuncia novas medidas de reforma fiscal

Orçamento 2000

Prioridade ao investimento e à família

O Orçamento de Estado de 2000 foi aprovado na generalidade na passada sexta-feira, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS e a abstenção do PP. Sem ter apresentado verdadeiras propostas alternativas, o PSD optou por votar contra. Também os comunistas preferiram ignorar a elevada componente de consciência social presente no Orçamento e continuaram a comandar-se pela velha cartilha da rejeição. Na apresentação da proposta do Governo, o primeiro-ministro explicou que as grandes prioridades foram o investimento e a família, e anunciou que, mal entre em execução o Orçamento de Estado de 2000, o Executivo socialista iniciará imediatamente a preparação do de 2001, partindo pela primeira vez de uma base zero.



Sociedade & País

Informação

Um milhão de portugueses com e-mail gratuito



Um passo importante na criação do Portugal.com e na democratização da Sociedade da Informação são dois objectivos mais fáceis de alcançar com o serviço «megamail», apresentado, no dia 21, no Parque das Nações, em Lisboa.

Sociedade & País

Juventude

O Despertar para a União Jogo da cidadania



A Secretária de Estado da Juventude quer despertar o interesse dos jovens para as questões europeias de uma forma lúdica, através de um jogo que vai envolver todas as escolas secundárias do País e que foi apresentado, no dia 21, em Bragança.



Aprovado OE/2000

Com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PP foi aprovado na generalidade, na passada sexta-feira, o Orçamento de Estado para 2000. Como se previa o PSD e a CDU votaram novamente contra, apesar da elevada componente de consciência social presente no Orçamento.

No debate na Assembleia da República, Guterres criticou fortemente a permanente irresponsabilidade do PSD e a sua atitude destrutiva relativamente ao OE. «Tenho a maior dificuldade em compreender a atitude daqueles que, apesar de decorrer a presidência portuguesa da União Europeia, mas sobretudo tendo em conta a inexistência de uma maioria absoluta, afirmam, à partida e sem qualquer disponibilidade para o diálogo, que votam contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Procuram, num jogo de empurra, atirar para os outros os hipotéticos custos políticos da sua viabilização». E referindo-se directamente a Durão Barroso, António Guterres acrescentou: «Os portugueses apreciam o sentido das responsabilidades, quer de quem governa, quer de quem faz oposição.»

Num orçamento em que as principais prioridades são o investimento e a família, o Governo aposta no crescimento do investimento público, que este ano irá crescer 13,3 por cento em relação a 1999 e 40 por cento acima dos montantes transferidos no último ano de poder do PSD de Cavaco e Durão.

Mas este desenvolvimento também se traduz por um forte investimento na educação, onde a despesa pública vai fixar-se em 6,5 por cento do PIB, enquanto a formação profissional vai aumentar a um ritmo muito superior (cerca de 12 por cento) ao do crescimento económico.

Outro exemplo flagrante da aposta do Governo no desenvolvimento e na sociedade de informação prende-se com a verba transferida para o Ministério da Ciência, cujo valor este ano triplicará relativamente a 1995.

«Vivemos hoje à escala mundial um novo paradigma, o da economia com base no conhecimento. É para podermos ganhar competitividade de acordo com esse novo paradigma que estamos a investir. Quando o atraso é estrutural, como o nosso, não basta crescer. É preciso queimar etapas, apostar nas mudanças qualitativas que nos podem permitir dar o salto que precisamos», afirmou António Guterres durante o debate do Orçamento na Assembleia da República.

Mas apoiar o investimento é também no Orçamento de 2000 reduzir a carga fiscal sobre as empresas, sobretudo as mais pequenas. Neste aspecto e no que respeita à reforma fiscal, o ministro das Finanças e da Economia anunciou novas medidas, dando sobretudo destaque ao IRS e ao IRC, bem como às formas de combate à fraude e à evasão fiscal. No que respeita às orientações para o aprofundamento da reforma fiscal em sede de IRS, Pina Moura afirmou que se irá avançar para a eliminação gradual de diversos benefícios fiscais, para a redução gradual do número de taxas liberatórias e para a criação de condições para que todos os rendimentos sejam integrados na declaração anual.



SAMPAIO CONTRA DESPEDIMENTOS

A interpegação do PS ao Governo da AD no Parlamento dominava a edição de 25 de Fevereiro de 1982 do «Acção Socialista».

O órgão oficial do PS dedicava oito páginas a este assunto da maior actualidade, transcrevendo na íntegra as intervenções dos deputados socialistas Mário Soares, Salgado Zenha, Jorge Sampaio, Manuel Alegre, António Arnaut, Jaime Gama e Teresa Ambrósio.

O camarada Mário Soares sublinhava que «o PS não é prisioneiro da revisão constitucional», enquanto o camarada Jorge Sampaio alertava que «não é possível enfrentar a crise em conflito com os trabalhadores».

Na página três o camarada António Macedo, então presidente do PS, escrevia um artigo sobre o «Acção Socialista».

«O "Acção Socialista" é, sem favor, um semanário bem escrito, de agradável arranjo e apresentação gráfica, de temas variados, sugestivos, aliciantes», escreveu o camarada António Macedo.

25 de Fevereiro

Quem disse?

«A proposta (laboral da AD) visa liberalizar os despedimentos, permitir a intimidação dos trabalhadores pelas entidades patronais mais conservadoras e a intromissão destas na vida dos trabalhadores fora das horas de trabalho»

Jorge Sampaio



OE acolhe reivindicações de freguesias

O presidente da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), camarada Rosa do Egípto, congratulou-se com a proposta de Orçamento de Estado para 2000, frisando que o documento mostra que as propostas da associação foram aceites.

O responsável, que falava após o conselho geral da Anafre, realizado nas Caldas da Rainha, frisou que «foi conseguido um aumento médio de 10,11 por cento nas transferências para as freguesias, embora 33 freguesias tenham apenas beneficiado da aplicação directa da Lei das Finanças Locais com um aumento de dois por cento».

A Anafre nomeou neste encontro a comissão organizadora do congresso de Maio, constituída por dois elementos de cada partido, que deverá escolher entre Caldas da Rainha e Coimbra para a realização do congresso.

O congresso não se destina a eleger nova liderança da associação, facto considerado «positivo» pelo presidente da Anafre, já que, frisou, «não temos o estigma da organização das listas e poderá resultar na aprovação de uma moção de estratégia que constitua uma viragem na determinação das reivindicações das juntas de freguesia».

Autarquias: Governo reforça financiamento com novas competências

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, anunciou que as autarquias vão dispor ainda este ano de um reforço financeiro através do novo processo de transferência de competências.

«Vamos iniciar de imediato o estudo das competências que hoje são do Governo e passarão a ser dos municípios, com a respectiva dotação financeira», adiantou o ministro.

Fernando Gomes falava durante um encontro com os jornalistas, respondendo à reacção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que considerou insuficientes as transferências de verbas previstas no Orçamento de Estado/2000 para as autarquias.

«As autarquias têm com certeza razão e, não havendo um poder intermédio, só resta transferir competências do Governo para os municípios», considerou.

Banco de Portugal: Vítor Constâncio empossado

O camarada Vítor Constâncio tomou posse no cargo de governador do Banco de Portugal ontem, no dia em que António de Sousa, actual governador, substituiu João Salgueiro à frente da CGD.

O nome de Constâncio recebeu luz verde do Conselho de Ministros de sexta-feira passada, tendo sido igualmente decidida a composição do novo conselho de administração da autoridade monetária. Assim, mantêm-se os actuais dois vice-governadores, Luís Campos e Cunha e António Marta, actualmente com os pelouros dos mercados e estudos

económicos, o primeiro, e o da supervisão, o segundo.

Erlander Estrela, que dirige os recursos humanos, também se mantém.

Saem Leite Campos, que tinha a seu cargo os assuntos jurídicos, e Carlos Oliveira e Cruz, que dirigia o pelouro da organização, informação e sistemas de pagamentos. Este último acompanha António de Sousa na nova administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Entram Manuel Sebastião, vindo do ISP, e Vítor Pessoa, ex-secretário da Economia de Macau.

Primeiro-ministro defende: Redução de impostos sobre trabalho

O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu, em entrevista à revista «Economia Pura», publicada no passado dia 17, uma redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e o aumento da mesma sobre outros factores de produção. «As grandes orientações de política económica recomendam uma redução generalizada da carga fiscal sobre o trabalho na maior parte dos Estados-membros», explicou Guterres quando questionado sobre a harmonização fiscal a nível da UE.

«A carga fiscal implícita sobre o trabalho tem aumentado e a carga fiscal sobre outros factores de produção tem diminuído, sendo necessário reequilibrar esta tendência, tornando os regimes de tributação mais

favoráveis ao emprego», afirmou.

Para António Guterres, «é necessário conferir especial atenção aos potenciais benefícios para o emprego decorrentes da redução da pressão fiscal sobre os custos salariais directos e indirectos que oneram o trabalho não especializado e pouco remunerado».

Interrogado sobre se a Europa pode abdicar da sua tradição de Estado-Providência e «copiar» o modelo americano, Guterres considerou que «a questão não é copiar o modelo americano».

«A Europa tem culturas e modelos próprios que importa explorar num quadro de modernização da sua economia, de tal modo que seja possível compatibilizar competitividade e solidariedade», declarou.

ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2000 DÁ PRIORIDADE AO INVESTIMENTO E À FAMÍLIA

O Orçamento de Estado de 2000 foi aprovado na generalidade na passada sexta-feira, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS e a abstenção do PP. Sem ter apresentado verdadeiras propostas alternativas, o PSD optou por votar contra. Também os comunistas preferiram ignorar a elevada componente de consciência social presente no Orçamento e continuaram a comandar-se pela velha cartilha da rejeição. Na apresentação da proposta do Governo, o primeiro-ministro explicou que as grandes prioridades foram o investimento e a família, e anunciou que, mal entre em execução o Orçamento de Estado de 2000, o Executivo socialista iniciará imediatamente a preparação do de 2001, partindo pela primeira vez de uma base zero. Mas, segundo António Guterres, a execução orçamental do corrente ano conterà já novas medidas de rigor, quer em inovações fundamentais nas mais diversas áreas, desde o sistema de Tesouraria Central do Estado, à constituição de uma central de compras para melhorar a gestão de «stocks» dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde. Igualmente no debate sobre o Orçamento de Estado, o ministro das Finanças e da Economia anunciou novas medidas de aprofundamento da reforma fiscal, dando sobretudo destaque ao IRS e ao IRC, bem como às formas de combate à fraude e à evasão fiscal.

Uma vez mais, ao longo de um debate político na Assembleia da República, PSD e PCP optaram por tentar reprovar um diploma fundamental para o futuro do país, sem que ao mesmo tempo tivessem apresentado alternativas credíveis. Também uma vez mais perante António Guterres, Durão Barroso revelou o quanto é inconsistente em termos de conhecimentos políticos, apesar da linguagem radical e do tom inflamado que empresta aos seus discursos. O primeiro-ministro optou por usar um estilo de discurso sereno e, sobretudo, virado para as grandes questões de futuro. De acordo com o secretário-geral do PS, «mal seja aprovado este orçamento, iniciarse-á a preparação do de 2001, pela primeira vez partindo de uma base zero, em vez de ter por base o anterior. É um exercício extremamente difícil e exigente, mas indispensável para se poder efectuar uma análise mais fina sobre a relevância e a qualidade de cada rubrica», evidenciou



o chefe do Governo. No entanto, segundo António Guterres, «a execução orçamental de 2000 terá ela própria novas medidas de rigor, quer no reforço dos poderes de controlo financeiro do Ministério das Finanças, quer em inovações fundamentais nas mais diversas áreas, desde o sistema de Tesouraria Central do Estado, à constituição de uma central de compras para melhorar a gestão de «stocks» dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde».

Num recado sobretudo dirigido à bancada social-democrata, António Guterres disse compreender «a visão fundamentalista daqueles que pensam que, no fundo, toda a despesa é um pecado e todo o défice um crime», mas isso não impedirá o Governo «de aumentar mais o grau de exigência em relação à qualidade da despesa pública».

É neste quadro, aliás, como referiu o secretário-geral do partido, que ganham particular relevância os trabalhos que o Parlamento vai desenvolver para a aprovação de uma Lei de Bases da Segurança Social e «o ambicioso programa de reformas em curso no Ministério da Saúde».

«As reformas da saúde não são essencialmente um problema orçamental. Não queremos gastar dinheiro mal gasto, mas queremos que haja mais e melhores

cuidados de saúde para as pessoas», justificou.

Investimento aumenta 9,5 por cento

Na sua intervenção de apresentação do Orçamento de Estado de 2000, o primeiro-ministro referiu que as duas grandes prioridades horizontais foram o investimento e a família. As verbas canalizadas para o investimento, de forma objectiva, subiram 9,5 por cento face ao ano anterior. A totalidade do investimento público crescerá 13,3 por cento em relação a 1999 e 40 por cento acima dos montantes transferidos no último ano de poder do PSD. «Apoiar o investimento é também no Orçamento de 2000 reduzir a carga fiscal sobre as empresas, sobretudo as mais pequenas, mas, o mais importante de todos, é o investimento nas pessoas e na sua qualificação».

A despesa pública na educação vai fixar-se em 6,5 por cento do Produto Interno Bruto - índice que coloca Portugal no grupo dos países mais desenvolvidos -, enquanto que a formação profissional vai aumentar a ritmo muito superior (cerca de 12 por cento) ao do crescimento económico. Outro exemplo flagrante é a verba transferida para o Ministério da Ciência, cujo valor triplicará aquilo que esteve previsto para 1995.

«Vivemos hoje à escala mundial um novo paradigma, o da economia com base no conhecimento. É para podermos ganhar competitividade de acordo com esse novo paradigma que estamos a investir. Quando o atraso é estrutural, como o nosso, não basta crescer. É preciso queimar etapas, apostar nas mudanças qualitativas que nos podem permitir dar o salto que precisamos», referiu o primeiro-ministro. Já ao nível dos investimentos na família, o chefe do Governo frisou que o programa de creches 2000 irá duplicar o número de crianças ainda nesta legislatura, ao mesmo tempo que haverá uma rápida expansão do pré-escolar, dos diversos programas de apoio a idosos em suas casas, lares, em famílias de acolhimento, ou ainda em situações especiais, como nos casos de grande dependência ou dos emigrantes com particular vulnerabilidade. Além de medidas de prevenção para a toxicod dependência e para apoio e reabilitação das pessoas com deficiência, o secretário-geral do PS realçou diversos programas de natureza fiscal, com incidência na aplicação da reforma do IRS empreendida em 1999 - o que arrasta consigo um forte desagravamento para as famílias mais pobres e para as classes médias.

«Está em causa reforçar a coesão social, que é um bem em si mesma e um factor de

competitividade nas sociedades modernas. Os tecnocratas esquecem-se muitas vezes disto e não percebem que uma sociedade com rupturas sociais, por muito bons que sejam os seus indicadores macroeconómicos, nunca poderá ser uma sociedade competitiva», respondeu António Guterres.

Atitude irresponsável do PSD

Na parte final do seu discurso, o primeiro-ministro lançou um duro ataque ao PSD. «Tenho a maior dificuldade em compreender a atitude daqueles que, apesar de decorrer a presidência portuguesa da União Europeia, mas sobretudo tendo em conta a inexistência de uma maioria absoluta, afirmam, à partida e sem qualquer disponibilidade para o diálogo, que votam contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Procuram, num jogo de empurra, atirar para os outros os hipotéticos custos políticos da sua viabilização». Num aviso ao sentido permanentemente destrutivo de Durão Barroso, António Guterres acrescentou: «os portugueses apreciam o sentido das responsabilidades, quer de quem governa, quer de quem faz oposição».

António Guterres também respondeu à cassetete do PSD sobre um alegado despesismo existente no Orçamento deste ano. «Não podemos aceitar que da oposição nos acusem de despesismo, quando tudo aquilo que nos propõem representa sempre e só mais despesa e, sempre só, menos receita. A falta de autoridade nesta matéria é particularmente grave no PSD». Já em discussão directa com Durão Barroso, o chefe do Governo apresentou como explicação para este comportamento do PSD «o facto de ser hoje um partido zangado. Não temos culpa disso. E se alguma coisa nós (PS) não queremos é ter o PSD atrelado, partido que, como diz Marques Mendes, anda à deriva e desorientado, ou como afirma Dias Loureiro, não é credível», declarou, antes de lembrar que os governos de Cavaco Silva faziam os orçamentos em função das conjunturas eleitorais.

Já em relação à atitude assumida pelos comunistas, António Guterres lamentou que se tivessem colocado uma vez mais «fora de jogo», sobretudo, «num momento em que o debate do Orçamento teve tanta carga ideológica». Como lembrou o primeiro-ministro, actualmente, «uma questão decisiva a separar a social-democracia e os neoliberais é o papel do Estado nas despesas sociais».

«Ao colocar-se fora de jogo neste debate, o PCP presta um mau serviço àqueles que defendem um papel social para o Estado e que entendem que o Estado tem uma função social no combate às desigualdades. Neste Orçamento, os benefícios fiscais apresentam um crescimento para as famílias e encontram-se em decréscimo para as empresas», respondeu.

Consolidar as finanças públicas

Na sua intervenção, o ministro das Finanças e da Economia deu especial relevância à



estratégia do Governo para a consolidação das finanças públicas. Tal pressupõe a intensificação das acções que, do lado das receitas, concretizem o pacto de justiça fiscal. Nos próximos meses, segundo Pina Moura, o Governo irá proceder ao efectivo arranque do funcionamento da Administração Geral Tributária, à completa integração da rede informática dos impostos e das alfândegas e à unificação dos cadastros impostos sobre o rendimento e a despesa, em direcção a um cadastro único.

No que respeita às orientações para o aprofundamento da reforma fiscal em sede de IRS, o membro do Governo afirmou que se irá avançar para a eliminação gradual de diversos benefícios fiscais, para a redução gradual do número de taxas liberatórias (e aproximação das taxas, nos casos em que tal se justifique) e para a criação de condições para que todos os rendimentos (mesmo os sujeitos a taxas liberatórias) sejam integrados na declaração anual. Ainda no âmbito do IRS, Pina Moura falou na necessidade de alargar a tributação das remunerações acessórias aos casos ainda não efectivamente tributados, redefinir os abatimentos e deduções a conceder e equipar (para efeitos de tributação) os rendimentos de trabalho independente e os comerciantes em nome individual a empresas.

Já no que concerne ao IRC, o ministro das Finanças e da Economia estabeleceu como prioridades a definição de critérios para a contabilização de preços de transferência, matéria que permite elevada evasão fiscal; a definição de critérios para a determinação das mais valias de títulos de vendas intra-grupos económicos; a definição de critérios de tributação de novos produtos financeiros – uma vez que algumas das soluções actualmente em vigor levam a deferimentos de receitas sem qualquer vantagem para

as empresas.

Como salientou o ministro das Finanças e da Economia, no domínio da tributação do património, neste Orçamento, «dá-se um primeiro sinal, que conduzirá, num prazo breve, à eliminação do imposto sucessório. Prosseguimos os trabalhos para a reformulação da contribuição autárquicas, conjuntamente com a eliminação da sisa, nos exactos termos e compromissos definidos no Programa de Governo». Ainda segundo Pina Moura, a calendarização das acções que concretizam estas orientações no domínio da reforma fiscal, para o conjunto da legislatura, serão por si apresentadas até ao final do mês de Outubro.

Nova fase mais exigente

Em relação ao conteúdo do Orçamento de 2000, o titular da pasta das Finanças e da Economia classificou-o como um diploma de «transição para um novo patamar de consolidação das finanças públicas». Esse novo patamar, explicou o ministro, «deve ser construído no quadro do novo regime económico em que vivemos desde a fundação do euro, em Janeiro de 1999, e a caminho da sua efectiva circulação, dentro de dois anos, obrigando a alterações profundas no perfil da política económica». O patamar de consolidação das finanças públicas também «ocorrerá num contexto de subida das taxas de juro, que esgotam aquilo que foi um dos factores de consolidação essenciais da última legislatura, com a diminuição muito significativa dos encargos da dívida pública».

«O novo ciclo de consolidação desenvolve-se em simultâneo com o aprofundamento e a consolidação do mercado interno europeu e da globalização em todos os domínios e também quando se afirmam

cada vez mais uma economia e uma sociedade cada vez mais baseadas na inovação e no conhecimento», acrescentou. Por sua vez, a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, alertou para a necessidade de Portugal de enfrentar uma nova fase mais exigente. De maior exigente, justificou, porque «não só as políticas públicas terão de continuar a enquadrar-se no cumprimento estrito dos compromissos de sanidade das finanças públicas assumidos, como o Governo se compromete a atingir a curto prazo um nível de exigência superior no processo de consolidação e controlo orçamental». Simultaneamente, acrescentou Elisa Ferreira, «requer-se que essas mesmas políticas estimulem o cumprimento de objectivos mais complexos».

«Mesmo no contexto mais estrito da União Europeia, Portugal terá de responder à nova fase política do projecto europeu não só no que ele contém de reorganização institucional mas também económica. Basta uma simples projecção estatística, realizada para o ano de 2007, para se tornar claro que, num cenário de alargamento pleno (10+3 países) as disparidades de nível de desenvolvimento entre as regiões da União Europeia passariam automaticamente de um nível de desequilíbrio de um para cinco (actualmente) para um nível de um para nove (numa EU a 28)», advertiu a ministra do Planeamento.

Em síntese, segundo Elisa Ferreira, isto significaria que «de acordo com os actuais critérios da política regional europeia, todas as regiões portuguesas ficariam excluídas, automaticamente, de qualquer apoio ao desenvolvimento estrutural do País. Este mero exercício ilustra cabalmente a radical transformação que se antecipa nas condições de inserção de Portugal no espaço geo-económico europeu».

MANUELA ARCANJO QUER COBRAR 90 MILHÕES NA ADSE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, conta poder vir a cobrar 90 milhões de contos no subsistema da ADSE durante o exercício orçamental de 2000.

Numa audiência que teve lugar no dia 10, na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, a ministra referiu que a verba estimada «não é fácil» de vir a ser arrecadada.

No entanto, Manuela Arcanjo mostrou-se optimista de vir a consegui-la.

No ano passado, no mesmo subsistema, o Estado só conseguiu um encaixe de cerca de 60 milhões de contos.

Sobre a nova gestão hospitalar, Manuela Arcanjo referiu estar por provar que o único caso estudado de gestão privada seja muito mais eficaz que as instituições que mantêm uma administração do tipo público.

Referiu, a propósito, que está a preparar, ainda para o primeiro semestre do corrente ano, «um novo estatuto jurídico que seja padrão para todos os hospitais, com excepção dos universitários».

A ministra criticou o normativo em vigor para o hospital da Feira modelo «cobaia» de maior autonomia em relação à Administração Central -, referindo que uma maior autonomia dada não terá correspondido a uma maior



responsabilização.

Manuela Arcanjo reafirmou que não haverá Orçamento de Estado rectificativo por via de alguma eventual desorçamentação na área da saúde, nem tão-pouco assunção de dívida em 2001 por via do mesmo defeito contabilístico.

A ministra da Saúde considerou ainda suficientes os 44,5 milhões de contos inscritos no Orçamento de Estado para despesas de investimento na área da saúde.

Medicamentos genéricos

No que diz respeito aos medicamentos genéricos, a responsável pela pasta da Saúde avisou que no corrente ano não haverá ganhos significativos com a sua introdução.

«Talvez um milhão ou 1,5 milhões de contos», precisou Manuela Arcanjo.

A ministra garantiu que actualmente a percentagem de despesa em medicamentos genéricos sobre o total não passa de uns residuais 0,04 por cento.

Em declarações aos jornalistas, no final da reunião com a Comissão, a ministra da Saúde reafirmou estar disposta a negociar com a Associação Nacional de Farmácias e com a Apifarma os protocolos bilaterais actualmente em vigor.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 18 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um Decreto-lei que introduz um aditamento ao artigo 61º do decreto-lei n.º 186-A/99, de 31 de Maio (Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais);
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 115/98, de 4 de Maio (Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade);
- Uma resolução que nomeia para o Conselho de Administração do Banco de Portugal Vítor Manuel Ribeiro Constâncio (governador), António Manuel Martins Pereira Marta (vice-governador), Manuel Sebastião e Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa (administradores).



DESTAQUE – CM

Trabalho e Solidariedade

MUDANÇAS NA LEI ORGÂNICA

O Governo socialista vai alterar a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. A decisão foi tomada, na passada sexta-feira, dia 18, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros.

O diploma aprovado introduz alterações na estrutura orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade no sentido da adequação do sistema da Solidariedade e Segurança Social aos novos desafios que lhe são colocados, designadamente em ordem a elevar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, através da maior proximidade das respostas públicas aos seus problemas.

Neste âmbito destacam-se a criação do Instituto de Solidariedade e Segurança Social que agregará os Centros Regionais de Segurança Social e o Centro Nacional de Pensões; do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, que ficará responsável pela gestão e controlo do III QCA neste domínio, sucedendo ao Departamento para os Assuntos do FSE



e à Comissão de Coordenação do FSE; e da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, em resultado da fusão entre as Direcções-Gerais dos Regimes de Segurança Social e da Acção Social.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, assegurou, no dia 18, em Lisboa, a inexistência em Portugal de minas de ouro idênticas àquela que provocou um desastre ecológico no rio Danúbio, interpretando como um «equivoco» as afirmações da comissão Europeia.

Margot Wallstrom referiu sexta-feira que Portugal é um dos quatro Estados-membros da União Europeia com instalações idênticas à que provocou o acidente ecológico, mas Rui Gonçalves contestou: «Portugal há anos que não tem minas de ouro, pelo que deverá tratar-se de um equivoco da Comissão Europeia.» Embora admita a existência de indústrias que utilizam cianeto, o governante reafirmou a inexistência de instalações similares à mina de Baia Mare, na Roménia, cuja fissura na lagoa de decantação provocou o derrame de cianeto, que já chegou à Hungria e Jugoslávia, através dos rios Szamos e Tisza, antes de entrar no Danúbio.

«Esse tipo de minas estão desactivadas em Portugal», acrescentou o secretário de Estado, citando como exemplo a última estrutura deste género a encerrar - as minas de ouro de Jales, em Vila Pouca de Aguiar, cuja exploração terminou em Outubro de 1993.

«Estão fora de funcionamento, não constituem perigo», garantiu, salientando que o Ministério do Ambiente vai esclarecer a situação junto da Comissão Europeia.

CIÊNCIA

O projecto Alentejo Digital foi apresentado, na terça-feira, dia 22, em Évora, para servir a população alentejana, através da divulgação de informação e prestação de serviços, e promover a adaptação da administração pública às tecnologias de informação.



O site www.alentejodigital.pt deverá ligar os 47 concelhos da região. Em cada concelho existirá um agente encarregado de produzir e difundir informação em vertentes como o turismo ou património, além de utilidades como as farmácias de serviço ou notícias.

Na cerimónia de apresentação pública do projecto estiveram presentes o ministro da

Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, e a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira. O projecto Alentejo Digital é uma das iniciativas incluídas no programa Cidades Digitais, da responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia, que visa, através da utilização das tecnologias de informação, estimular a melhoria das condições de vida das populações, combater a exclusão social ou a interioridade, apoiar os cidadãos com necessidades especiais ou reduzir a burocracia administrativa.

Circunscrito numa primeira fase a algumas regiões, o programa deverá expandir-se a todo o País, dando origem ao Portugal Digital, cujas linhas mestras serão anunciadas pelo ministro da Ciência e da Tecnologia no final da semana.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

«A televisão digital terrestre é um instrumento fundamental da sociedade de informação, oferecendo garantias de universalidade e acessibilidade gratuitas.» Esta afirmação foi proferida, sexta-feira, dia 18, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho.



O governante discursou na sessão de encerramento da conferência sobre Televisão Digital Terrestre, que reuniu representantes das instituições comunitárias, operadores de audiovisual e telecomunicações, reguladores, espectadores e especialistas nacionais e estrangeiros.

«A diversidade tem de ser a regra no mercado da televisão digital terrestre», afirmou Costas Daskalakis, numa síntese das conclusões do grupo de trabalho da conferência encarregado de debater os aspectos tecnológicos e de mercado da introdução do DVB-T (Digital Video Broadcasting for Terrestrial Television Transmission).

A introdução do DVB-T poderá reduzir os custos de distribuição entre 50 e 70 por cento, sobretudo quando cessar o período de transmissão simultânea dos sistemas digital e analógico.

Encurtar o mais possível o necessário período de coexistência pode ser uma das chaves do sucesso da implementação da

nova tecnologia, segundo Daskalakis.

A normalização dos aparelhos descodificadores, que o consumidor terá de possuir para ter acesso à televisão digital terrestre (*Set Top Box*), e, no futuro, das Plataformas Multimédia Domésticas (*Multimedia Home Platform-MHP*) são determinantes essenciais deste processo. A melhor utilização do espectro radioelétrico (sobretudo após o *switch-off*, em que apenas o sistema digital subsistirá) e a possibilidade de outros tipos de recepção para lá da fixa (portátil e móvel) são outros benefícios decorrentes da migração para o sistema digital terrestre. Costas Daskalakis salientou ainda a necessidade da colaboração entre operadores públicos e privados de modo a não fragmentar demasiado o mercado na fase do arranque e destacou a centralidade dos conteúdos para atrair os espectadores.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e a directora do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE), Ana Marin, apresentaram, no dia 17, no Auditório da Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha, o novo programa de Difusão Nacional das Artes do Espectáculo.



Nesta cerimónia estiver também presente o presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Fernando Costa. O programa de Difusão Nacional das Artes do espectáculo visa garantir o direito fundamental do cidadão à fruição cultural e democratizar o acesso às produções artísticas, fazendo das artes do espectáculo um elemento essencial no processo de construção e aprofundamento da cidadania, e fazendo assim face, através de uma Rede Nacional de Difusão, às desigualdades sociais e culturais, bem como às assimetrias regionais.

DEFESA

Os ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e da Defesa, Castro Caldas, visitaram, no dia 21, as «Células de Resposta Nacional» que estão envolvidas no exercício conjunto UEO/NATO

«Crisex'2000».

Jaime Gama e Castro Caldas assistiram a *briefings* das «células» política e militar no Estado-Maior General das Forças Armadas.



Os dois governantes deslocaram-se depois à sede do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência para um *briefing* dado pela respectiva «célula».

O «Crisex'2000» é o primeiro exercício conjunto da União da Europa Ocidental (UEO) e da NATO (Tratado do Atlântico Norte), onde se simula uma crise político-militar e humanitária na imaginária ilha atlântica de Kiloland, o que leva os líderes da União Europeia a decidirem enviar uma força militar multinacional para garantir o acordo entre as partes em conflito.

ECONOMIA

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, desafiou, sexta-feira, directamente Durão Barroso a apresentar em sede de especialidade um conjunto de medidas de corte na despesa pública do Estado.

Encerrando o debate na generalidade do Orçamento de Estado de 2000, o governante disse «aguardar com expectativa» as propostas do líder do maior partido da oposição no sentido de possibilitar uma redução da despesa pública.

«Suponho que já evoluiu nos últimos meses, porque, ainda recentemente, apresentou propostas que significavam um aumento da despesa em cerca de 700 milhões de contos», referiu o ministro.

Num comentário crítico em relação à conduta do PSD, Pina Moura fez uma referência indirecta ao artigo de Cavaco Silva publicado quinta-feira, dia 17, no «Diário de Notícias».

«O PSD fez mais despesa pública, mas menos despesa social» do que o actual Executivo, observou.

«Agravamento da despesa, esquecendo a vertente social, isso é que é politicamente monstruoso», afirmou, embora tivesse reconhecido pouco antes que os dois últimos anos de Governo do PSD foram marcados por uma trajectória de consolidação orçamental.

«Este Governo, no entanto, casou com

PELO PAÍS

Governação Aberta

sucesso rigor nas finanças públicas e consciência social», declarou o titular da pasta das Finanças.



Pina Moura optou também por responder à bancada comunista. «Emprego, competitividade económica e solidariedade social, num quadro de consolidação financeira, essa é a marca de classe de António Guterres», disse. Numa das poucas referências políticas feitas na sua intervenção, o ministro das Finanças voltou a frisar que, se o orçamento fosse manipulado, «numa tentativa de impor algum *diktat*, o Governo, entre a espada e a parede, escolheria mesmo a espada».

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, em representação do primeiro-ministro e acompanhado pelo secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, participou, na passada quinta-feira, dia 17, nas comemorações do dia da Universidade do Minho.



No decorrer da cerimónia comemorativa o governante assinou com a Universidade do Minho um Contrato de Desenvolvimento para a criação da Escola de Ciências da Saúde. Assim, o curso de Medicina entrará em funcionamento no ano lectivo 2001/2002, criando cem novas vagas anuais nesta

área de formação. Para a concretização deste investimento, o Ministério da Educação disponibilizou cerca de 3,6 milhões de contos. O carácter inovador desta licenciatura será assegurado por padrões científicos, pedagógicos e organizacionais de elevada qualidade que deverão satisfazer os requisitos adoptados pelas instâncias nacionais, internacionais e comunitárias.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, garantiu, na passada quinta-feira, dia 17, em Lisboa, o empenhamento do Governo em «colaborar activamente» na criação da sociedade da informação e apontou o arranque das emissões da televisão digital terrestre para, «o mais tardar», o início de 2002.



Jorge Coelho, que falava na sessão de abertura da conferência internacional sobre Televisão Digital Terrestre (DVB-T), realizada no âmbito do presidência portuguesa da União Europeia (UE), adiantou que o Executivo socialista vai definir «com a brevidade possível» as normas reguladoras do concurso público para introdução da DVB-T em Portugal. O presidente do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), um dos organizadores da conferência, referiu a semana passada que o concurso deveria ser lançado até ao Verão. O ministro disse ainda que o Governo pretende também «proceder à aprovação das medidas regulamentares necessárias à garantia do sucesso da televisão digital terrestre, sem descurar jamais a defesa intransigente das soluções que melhor venham a defender o interesse do público, o ambiente e os elevados investimentos inerentes à sua implementação». O titular da pasta do Equipamento alertou para as «evidentes limitações no mercado português», considerando que a natureza da televisão digital vai exigir de todos e «do tecido empresarial em particular, um esforço profundo e consistente». Assegurando que o Executivo do PS assumirá a parte de responsabilidade que lhe compete, tendo em vista a viabilização da televisão digital, o governante lançou um repto aos operadores de

telecomunicações e aos produtores de conteúdos «para que se associem e ajudem a construir a televisão que há-de vir».

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo revelou no sábado, dia 19, em Faro, ter indicadores que apontam para um bom ano turístico em Portugal, com incidência no Algarve. Victor Neto, que acompanhou o Presidente da República, convidado de honra para assistir ao Algarve/Open Portugal, que se disputa nos campos da Penina, realçou o facto de Portugal ter crescido turisticamente nos últimos três anos em mais de 30 por cento, enquanto as receitas provenientes do sector subiram para o dobro (44 por cento).

O secretário de Estado, embora pense que Portugal não irá continuar a ter o mesmo ritmo de crescimento no sector, acredita que haverá crescimentos de forma sustentada. Para o governante o essencial para o País, e em particular para o Algarve, é criar um programa de consolidação que permita ao turismo não viver apenas de uma época de Verão, mas durante todo o ano. O secretário de Estado do Turismo relembrou a importância do programa «Millenium», em desenvolvimento no Algarve, que prevê um investimento superior a dois milhões de contos para reforçar a imagem da região e que inclui a realização de vários eventos, onde se enquadra o Algarve/Open de Portugal, visando uma maior visibilidade da importância turística da região.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar

NAS BANCAS

Próxima Edição
SOCIALISTAS NO MUNDO

POR UM ESTADO SOCIALMENTE TRANSFORMADOR E CORRECTOR DAS DESIGUALDADES



«Este quinto Orçamento do Governo de António Guterres insere-se numa linha de evolução continuada, cujos traços essenciais interessa caracterizar, assumindo nesta nova fase, do 2º Governo socialista, algumas características específicas, de inovação e de adaptação à conjuntura», afirmou no dia 18 o deputado do PS Joel Hasse Ferreira, numa intervenção durante a discussão na generalidade do Orçamento de Estado para 2000. Segundo salientou, «como orientações dominantes aparecem hoje a adopção de um novo perfil para a política económica e o peso dado ao emprego e à empregabilidade, articulados com o novo contexto da evolução para a sociedade de informação».

Relativamente à área dos impostos, Joel Hasse Ferreira referiu ser «necessário reconhecer um significativo esforço no combate à evasão e à fraude fiscal, por meio do qual milhares de empresas e centenas de milhares de cidadãos se inseriram como contribuintes».

Falando de solidariedade, o deputado do PS focou a questão das pensões. «Qual será a real importância da alteração do regime de pensões dos rurais, é o que nos

interessa abordar», disse.

«Alguns, mal informados ou mal intencionados, em qualquer caso, politicamente infelizes, usam o termo de migalhas. Para quem vê o país e as pessoas do campo de forma altaneira podem parecer migalhas. Para os pensionistas que as vão receber, serão significativas», sublinhou.

Referindo que «não se trata de uma revisão geral do regime das pensões», sublinhou que, «gradualmente, sem grandes alaridos, as pensões vão aumentando. Por proposta ou deliberação do Governo ou por propostas de deputados, aceites pelo Governo».

«É isso que nos interessa», sublinhou, acrescentando: «Não nos interessa tanto de quem vêm as propostas. Interessa-nos para onde vamos com as soluções. E a quem servem as políticas! No caso vertente, à solidariedade que pretendemos concretizar cada vez mais.»

O Monstro e os órfãos políticos

Porque, adiantou, «para nós, socialistas, o Estado deve funcionar também como um instrumento fundamental da justiça e da solidariedade social».

Por outro lado, segundo referiu Joel Hasse

Ferreira, «uma crítica recorrente e continuada, inspirada nos velhos manuais do neoliberalismo tem a ver com as propostas neocavaquistas do corte cego das despesas correntes. Cortar, sem olhar a onde».

«Não o faremos», disse. «Temos a noção de que é importante gradualmente reduzir certos gastos na Administração Pública. Mas aumentando a sua eficiência, qualificando e tratando bem o seu pessoal! Para que a Administração Pública, num Estado moderno como o nosso pretende ser cumpra bem o seu papel», sustentou. Quanto à insinuação de que haveria um coluio entre o PS e o PP, Joel Hasse Ferreira lembrou que os projectos dos dois partidos são «clara e obviamente diferenciados».

E uma das essenciais distinções, adiantou, «é que nós, socialistas, queremos um Estado eficaz, modernizador, socialmente transformador, promovendo o desenvolvimento e a solidariedade e o PP parece querer voltar ao Estado mínimo».

Depois de lembrar o aumento das despesas sociais no conjunto da despesa pública verificada nos últimos quatro anos para combater o défice estrutural herdado do cavaquismo em matéria de satisfação das necessidades básicas, o deputado do PS desmontou o argumento de alguns

oposicionistas que dirão «aumentaram as despesas sociais mas gastaram mal».

«Não é certamente assim. Refira-se por exemplo na educação, a construção de escolas modelares e na área social, as novas políticas sociais centradas na família», afirmou o parlamentar do PS.

Segundo sublinhou, «quando há crescimento de despesas úteis e reprodutivas, económica ou socialmente, não há despesismo, diga o Monstro o que disser».

«Mas ainda da parte do PSD ao que assistimos? A veneração do grande ausente, o Monstro, o artigo de, ou melhor, sobre o Monstro», disse.

Num jornal de referência, recordou o deputado do PS, «um ex-primeiro ministro, responsável pela subida do défice orçamental e da dívida pública entre 92 e 95, fala de o Monstro».

«Em linguagem intermédia entre a do universitário e a do cavador, perora sobre o Monstro. Explica aos seus órfãos políticos como devem combater o Monstro», acrescentou.

Esqueceu, entre outros aspectos, «o insigne professor que nas despesas do Estado estão as transferências para a Segurança Social, cuja Lei de Bases o Governo do prof. Aníbal Cavaco Silva nunca cumpriu».

J. C. CASTELO BRANCO

PRIMEIRO PASSO PARA A MODERNIZAÇÃO



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) deu o seu voto de aprovação ao Orçamento de Estado e às Grandes Opções do Plano para o ano 2000.

Os socialistas consideraram a proposta orçamental do Executivo como «um primeiro passo num ciclo de modernização que permitirá cumprir o desígnio de dar aos portugueses condições de vida próximas da média europeia, no espaço de uma geração».

O deputado do GP/PS Carlos Zorrinho definiu o Orçamento 2000 como elemento de «transição para a modernidade nas formas de conceber o papel regulador do Estado neste alvor do novo milénio».

O parlamentar do PS falava, quinta-feira passada, dia 17, no Parlamento, durante o debate da generalidade da proposta governamental de Orçamento de Estado para o ano em curso.

Carlos Zorrinho lembrou que «o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para o ciclo 2000/2006, de que

este orçamento é a primeira peça de concretização, desenvolve-se sobre dois pilares estratégicos: a afirmação de Portugal como plataforma atlântica e a aposta na sociedade da informação e na economia do conhecimento».

«Estes dois pilares, que radicam no mais fundo da nossa tradição histórica, como povo de descobridores, com uma identidade de partilha, uma cultura de troca e uma fortíssima capacidade de adaptação e aceitação da diferença, encontram o seu reflexo nas prioridades e opções do orçamento que estamos a apreciar», disse.

Recordando ainda que foi ao Partido Socialista a quem coube a tarefa de modernizar Portugal, «construindo grande parte do betão esboçado no ciclo anterior e dando-lhe um novo impulso e um novo sentido estratégico», Zorrinho assegurou que «será também aos governos do PS que caberá a missão fundamental de garantir a inserção do País em condições de absoluta competitividade, nas auto estradas da informação e nas redes de conhecimento sobre as quais se

estruturam cada vez mais a nova economia e a sociedade emergente».

Segundo o parlamentar socialista, «as grandes opções do Plano e o Orçamento para 2000 não ignoram, mas antes dão particular ênfase, às novas oportunidades e às novas ameaças que emergem da sociedade da informação e da economia do conhecimento».

Elencando algumas medidas exemplificativas constantes da proposta orçamental do Executivo para o corrente ano, Carlos Zorrinho disse que elas têm no Ministério da Ciência e da Tecnologia o principal *pivot* de dinamização, «mas pela sua própria natureza sistémica e transversal, têm impacte em praticamente todas as áreas da governação, criando também oportunidades de racionalização e optimização em sectores cruciais como a saúde, a justiça, a educação ou o emprego».

Dada a natureza multisectorial do OE/2000, Carlos Zorrinho alerta para o facto de o novo quadro de análise orçamental recomendar uma maior atenção aos aspectos qualitativos, em

detrimento de uma simples análise quantitativa.

«A estrutura tradicional de elaboração dos orçamentos não permite contudo calcular de forma objectiva o investimento global que o Estado pretende fazer em cada exercício, no domínio das tecnologias e dos sistemas de informação. Mais difícil ainda é calcular o valor do investimento imputável ao desenvolvimento e à difusão do conhecimento, ou estimar os ganhos de eficácia e de produtividade que dele decorrem, designadamente na própria prestação dos outros serviços públicos», explicou.

O deputado socialista Carlos Zorrinho terminou a sua intervenção reiterando uma confiança plena no Governo que – afirmou estar certo –, não deixará de ter em conta a monitorização transversal da coerência do investimento público em sistemas e tecnologias da informação e em formação para a economia do crescimento, bem como da racionalização dos processos funcionais que suportam a administração pública.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS OE/2000

COMBATER A INSUSTENTÁVEL INIQUIDADE FISCAL



O deputado do PS Manuel dos Santos salientou no dia 17, durante a discussão do Orçamento de Estado para o ano 2000, que «as sociedades só progredem e os Estados

só se modernizam e desenvolvem com a aplicação rigorosa de uma partilha eficaz (e justa) dos recursos gerados nacionalmente», acrescentando que «é isso que se determina com a aprovação da proposta orçamental».

Para o Grupo Parlamentar do PS, frisou, «a eventual rejeição do Orçamento de Estado para o ano 2000 constituiria, claramente, uma aposta na instabilidade política e social e na turbulência económica e financeira. Ora esta aposta é infelizmente no momento, o único cenário de actuação do principal partido da oposição».

Por isso, disse, «o debate sobre a política orçamental do Governo não foi, de uma maneira geral, realizado com imparcialidade tendo sido assumida, desde o início da sua divulgação, pelos partidos da oposição, uma posição de rejeição primária, mal fundamentada e, essencialmente, destrutiva». Para Manuel dos Santos, «o que deve procurar-se na política orçamental apresentada por um Partido Socialista, ainda para mais no período inicial do seu novo e claro mandato eleitoral, é se ela constitui ou não, um elemento inequívoco para o desenvolvimento económico e para uma melhor justiça social».

Segundo sublinhou, «esta apreciação não pode ser isolada da apreciação das políticas anteriores quando se está perante um governo da continuidade, mas muito menos do enquadramento global que lhe é dado pelos instrumentos de planeamento». Manuel dos Santos recordou que «O Orçamento foi "rejeitado" sem culpa formada ou respectividade de defesa com a acusação genérica de que se trata de um

Orçamento despesista».

Para o deputado do PS, «s críticos do actual despesismo, estejam acomodados nos partidos políticos ou fora deles, têm direito a discordância», mas, frisou, «têm também o dever de indicar alternativas e opções e, sobretudo, de se comprometerem com elas. Não o fizeram e como temos visto neste debate demitem-se de o fazer».

Evasão e fraude fiscais

Por outro lado, para aqueles que ainda acham que este é um Orçamento de Direita, Manuel dos Santos afirmou que «para este sector (ou sectores) provavelmente um Orçamento só não será de direita, quando dedicar mais de 56% da despesa pública às funções sociais ou quando incorporar objectivos e propósitos como a conservação eterna da propriedade de um amplo sector empresarial público, que as actuais condições de interdependência europeia e mundial não validariam e muito menos sustentariam».

Neste contexto, sublinhou que para o GP/PS esta é uma «razoável proposta orçamental». Desde logo, porque, frisou, «se traduz num orçamento de continuidade», porque «continua a consolidação das finanças públicas, desenvolve a estabilidade financeira e dá corpo ao cumprimento dos índices fundamentais de uma política ao serviço do desenvolvimento, da coesão e da justiça social».

Quanto ao Pacto de Justiça Fiscal que o Governo pretende implementar, referiu que ele «assenta exactamente nestes compromissos e nas medidas concretas que serão aplicadas (reforçando toda a política de combate à evasão e fraude fiscal iniciada com os governos presididos pelo actual primeiro-ministro) que permitirão cobrar, chamando ao sistema mais contribuintes, tributando-os pela verdade das respectivas rendimentos, ou seja, aumentando a base tributária, e promovendo

em simultâneo um ligeiro desagravamento fiscal (quer para as empresas, quer para os indivíduos)».

O OE/2000, sustentou, «é indiscutivelmente também um orçamento que privilegia a despesa social».

Para Manuel dos Santos, «o apoio que o Governo irá dar, pela via da segurança social, a significativos estratos da população agrícola, sem carreira contributiva é um sinal que reforça essa característica. Mas, acentua também a justiça social indispensável a um propósito de resolver progressiva e futuramente outras situações sociais

similares».

Segundo sublinhou, «o empenho no combate à evasão e fraude fiscais que necessariamente decorrerá das medidas legislativas e dos instrumentos administrativos que a aprovação do orçamento permitirá é também um traço determinante desse objectivo socialista de justiça social».

Manuel dos Santos sustentou ainda que «combater a iniquidade fiscal é, em paralelo com a melhoria das prestações nos cuidados de saúde e com o combate à morosidade da justiça, uma das prioridades da nossa sociedade».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO OE/2000

CONTINUIDADE NA RESPONSABILIDADE



O deputado socialista José Junqueiro assegurou, no dia 18, na Assembleia da República, que «o país pode continuar a contar com um PS responsável, um Governo

empenhado, orientado pelo rigor e contenção, bem como pela defesa da equidade e das políticas sociais, da mesma forma que pode contar com uma oposição derrotista e com um PSD extremista e irresponsável».

Junqueiro falava, sexta-feira, no plenário parlamentar em que se debateu, na generalidade, o Orçamento de Estado para 2000 (OE/2000) apresentado pelo Executivo do camarada António Guterres.

Segundo o deputado do GP/PS, «o OE/2000 é de «continuidade, ou seja, de ruptura com um passado cavaquista que os governos do PSD promoveram».

Numa breve alusão à obra feita pelo Executivo socialista, José Junqueiro afirmou que o OE/2000 traduz os objectivos traçados para o sector do Equipamento Social «através de projectos, obras e verbas muitíssimo significativas», definindo prioridades e «continuando a diminuir as diferenças entre o litoral e o interior, procurando ultrapassar o estigma PSD de um País a duas velocidades». Para José Junqueiro, o Executivo socialista tem vindo a contrariar um passado de abandono dos mais desfavorecidos e de promoção da desertificação, optando por pensar o País como um todo e criando condições para uma melhor qualidade de vida.

A título de exemplo, o deputado socialista referiu as grandes mudanças operadas em sectores vitais para a vida das populações, começando por uma referência à habitação Social e aos programas de alojamento, bem como aos créditos bonificados e incentivos ao arrendamento jovem.

«É igualmente relevante o conjunto das políticas dirigidas à área das telecomunicações», disse, referindo de imediato o desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais nesta área, a protecção dos direitos dos consumidores e dos cidadãos em geral e o grande incentivo

ao desenvolvimento da sociedade de informação, «nomeadamente na articulação de esforços com outras áreas funcionais do Governo como são a Ciência e Tecnologia, a Modernização Administrativa, a saúde e a Educação».

Mas, mais importante do que os números, são, na opinião de Junqueiro, os resultados consubstanciados na integração internacional, no reforço do sistema urbano nacional, no reforço da solidariedade interna e na aposta prioritária na logística.

Depois de ressaltar a importância de registar o estímulo dado pela administração socialista ao sector da construção, o deputado do GP/PS observou que se compreende mal o nervosismo de «alguma oposição» por ver antecipado entre 15 a 20 anos os equipamentos rodoviários fundamentais ao desenvolvimento.

«Final, agora, critica-se a obra por ser obra a mais», exclamou, passando a elencar alguns investimentos na área dos transportes ferroviários (construção do TGV que nos ligará mais rapidamente à Espanha), aéreos e portuários.

«Paralelamente, há neste OE/2000 um esforço financeiro dirigido à capacidade de intervenção das autarquias locais», frisou José Junqueiro, salientando ainda que esta «é a afirmação permanente da confiança e importância que os socialistas tributam ao Poder Local», contrariando o passado laranja. Apesar do salto qualitativo que Portugal deu, nos mais diversos sectores, sob tutela socialista, Junqueiro fez questão de explicar que «é intenção do GP/PS introduzir no OE/2000, no âmbito do Poder Local, algumas alterações, que visam a distribuição favorável dos fundos para os pequenos municípios; a garantia de um crescimento mínimo mais elevado para a generalidade das freguesias; a manutenção do princípio da actualização dos impostos municipais; a adaptação dos prazos de endividamento dos empréstimos contratados para aquisição de habitação a custos controlados, destinada a arrendamento; e a isenção dos limites de endividamento dos empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários».

MARY RODRIGUES

PRESIDENCIAIS

Governo propõe

DIREITO DE VOTO PARA EMIGRANTES

O Governo apresentou ao Parlamento, na passada terça-feira, dia 22, a proposta de lei eleitoral para a Presidência da República que consagra o direito de voto aos emigrantes, mas tendo como um dos limites principais a exigência de voto presencial.

Ao longo do dia de segunda-feira, o ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, recebeu na Assembleia da República os representantes de todas as bancadas da oposição.

As audiências tiveram como objectivo recolher as posições do PSD, PCP, PP Bloco de Esquerda e Partido Ecologista «Os Verdes» sobre os pontos essenciais na proposta de lei para a Presidência da República.

Na nova lei eleitoral, que exigirá dois terços para ser aprovada no Parlamento, o principal ponto de controvérsia reside na definição do universo eleitoral dos emigrantes que terão direito a voto, embora um entendimento

global entre os dois maiores partidos portugueses se encontre em processo de concretização.

Confrontado com essa dificuldade de transpor para a futura lei eleitoral um princípio constitucional considerado extremamente vago, Alberto Martins já admitiu que apenas possam vir a ter direito de voto os emigrantes que constam nos cadernos eleitorais das últimas eleições legislativas, ou, numa perspectiva mais maximalista, que se encontrem censados até ao final de 1999.

Embora ainda se desconheça a solução em concreto da proposta do Governo em matéria de universo eleitoral dos emigrantes, a verdade é que a conversa com Alberto Martins não motivou qualquer séria divergência com os deputados que representaram o PCP e o Bloco de Esquerda na reunião - e que reclamam maiores limites ao direito de voto emigrante.

REUNIÃO COM O GRUPO DE S. JOSÉ FOI «MUITO PRODUTIVA» PARA TODAS AS PARTES

O presidente em exercício da União Europeia (UE), Jaime Gama, qualificou no dia 22 a reunião com o Grupo de S. José, em Vilamoura, Algarve, como «muito produtiva» e salientou o nível crescente dos investimentos europeus na região centro-americana.

Numa conferência de imprensa conjunta com o alto representante PESC da UE, Javier Solana, o presidente do Parlamento centro-americano, José Miguel Alemán, e o director-geral para a América Latina da Comissão Europeia, Francisco Câmara Gomes, Gama afirmou que o comunicado final aprovado «é expressivo» daquilo que deverá ser a agenda bi-regional para o século XXI.

Esta, disse, deverá desenvolver-se em torno de quatro eixos fundamentais: integração regional, continuação do diálogo político, cooperação ao nível dos organismos internacionais e segurança regional.

O presidente em exercício da UE destacou a «notável consolidação» dos regimes democráticos centro-americanos ao longo da última década e meia, assim como o facto de todos os indicadores expressarem uma «crescente relação UE/América Latina» ao nível do investimento, comércio, ajuda pública ao desenvolvimento e intervenção solidária em situações de emergência.

Sublinhou ainda o grande crescimento dos



investimentos europeus na região verificado nos últimos anos, admitindo que ele é inferior ao de outros países, nomeadamente dos Estados Unidos. Relativamente à questão do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), um dos pontos fortes para os centro-americanos, Gama realçou que a Europa tem vindo a alargar os mecanismos de contribuição para o desenvolvimento centro-americano, designadamente com a recente extensão do SPG aos produtos industriais.

O pedido principal que as nações latino-americanas trouxeram a este fórum prende-se com o alargamento dos prazos do SPG, que permite a entrada sem barreiras das suas exportações agrícolas e industriais para o mercado comunitário. A UE renova este instrumento comercial cada dois anos, mas os países envolvidos alegam que um prazo mais alargado permitiria uma maior confiança por parte dos investidores.

A outra grande questão na mesa era a ajuda europeia à reconstrução na sequência da passagem do furacão «Mitch» pela América central, aprovado pela UE há um ano e dotado de uma verba de 250 milhões de euros (cerca de 50 milhões de contos), parcialmente bloqueada face à ausência de projectos concretos apresentados pelos países receptores da ajuda.

A este respeito, o chefe da diplomacia portuguesa referiu que foi reconhecida pelos participantes no encontro «a importância de aproveitar os recursos» disponibilizados e a necessidade de adesão aos princípios da Declaração de Estocolmo, que visa contribuir para a transformação das sociedades centro-americanas, actuar de forma transparente e descentralizada e garantir a participação activa da sociedade civil na reconstrução. Finalmente, questionou sobre se tinha sido abordado o conflito que opõe a Guatemala e as Honduras - países que

integram o Grupo de S. José -, Gama afirmou que não foi discutido qualquer problema bilateral.

Consolidação da democracia

As Honduras e a Nicarágua entraram em conflito em Novembro, na sequência da ratificação de um tratado de delimitação entre Tegucigalpa e Bogotá de, segundo Manágua, lhe retira 130 mil quilómetros de território marítimo no Mardas Caraíbas. José Miguel Alemán interveio para sublinhar o êxito da reunião e para destacar que o comunicado aprovado «abarca toda uma temática de interesse para ambas as partes».

Recordou, por outro lado, o «longo caminho» que a UE e o Grupo de S. José percorreram juntos, primeiro para a pacificação da região e agora, «o mais árduo dos caminhos», o da consolidação da democracia.

A importância deste fórum foi ainda realçada por Javier Solana, que numa brevíssima intervenção elogiou os resultados alcançados por aquela que é «a primeira reunião do século XXI, marcado pelo processo da globalização».

O Grupo de S. José tem como membros a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, sendo o México, a Colômbia e a Venezuela países cooperantes e Belize e a República Dominicana países observadores.

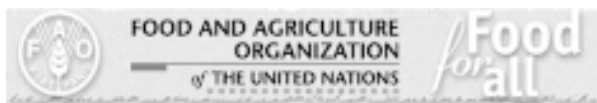
FAO QUER 29 MILHÕES DE CONTOS PARA 13 PAÍSES MAIS DESFAVORECIDOS

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) quer angariar cerca de 29 milhões de contos para financiar operações de urgência em 13 países dos mais desfavorecidos do mundo.

Tendo em vista este objectivo, a FAO lançou no dia 22 um apelo aos países doadores para contribuírem para a angariação de 145 milhões de dólares (cerca de 29 milhões de contos).

A ajuda destina-se a reabilitar o sector agrícola na região dos Grandes Lagos da África Central e de outras regiões africanas, bem como da Ásia e da Europa onde a agricultura foi afectada por conflitos civis ou catástrofes naturais, refere o comunicado da FAO.

«A FAO deve intervir com urgência para ajudar os agricultores das regiões



sinistradas a reactivar o mais brevemente possível a sua produção agrícola», afirmou Anne Bauer, responsável pelas operações de urgência desta organização.

A FAO pediu o apoio dos doadores para projectos em Timor-Leste, Kosovo e Burundi.

Em Timor-Leste, a FAO conta instaurar um programa de multiplicação de sementes que permita garantir as necessidades das populações deslocadas quando estas regressarem a casa e melhora a qualidade

de armazenamento de sementes no local. No mesmo território, a FAO prevê igualmente a vacinação urgente do gado e a reabilitação da pesca artesanal. O custo destas várias operações está avaliada em cerca de um milhão de dólares (200 mil contos).

No Kosovo, são necessários 25 milhões de dólares (cinco milhões de contos) para distribuir sementes e adubo e reparar as máquinas agrícolas de 70.000 famílias rurais.

No Burundi, são necessários cerca de sete milhões de dólares (1,4 milhões de contos) para apoiar a agricultura de subsistência e ajudar cerca de 700 mil pessoas deslocadas.

Em 1999, a FAO recebeu fundos para 125 projectos destinados a 43 países. A maior parte das operações de urgência da FAO estão a ser desenvolvidas no Iraque e são financiadas separadamente no âmbito do programa das Nações Unidas «petróleo por alimentos».

O grosso das operações de urgência da FAO é financiado principalmente pela Suécia, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Noruega, Itália, Reino Unido e Finlândia.

A FAO conta lançar operações de urgência no Afeganistão, Angola, Burundi, República Democrática do Congo e República do Congo, Somália, Uganda, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tadjiquistão e Timor-Leste.

PORTUGAL DUVIDA DA LEGALIDADE DA SUSPENSÃO DE FUNDOS POR RAZÕES AMBIENTAIS

Portugal duvida da legalidade de uma proposta da comissão europeia responsável pela política de ambiente, Margot Wallstrom, que prevê a suspensão de pagamentos de Fundos Estruturais destinados aos países que violem certas leis ambientais europeias.

As dúvidas portuguesas sobre o suporte de uma tal decisão, que por enquanto não passa de uma ideia que Margot Wallstrom gostaria de ratificada pelo colégio de comissários e pelos Estados-membros da UE, foram manifestadas no Parlamento Europeu pelo ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal e presidente em exercício do Conselho Ambiente dos Quinze, José Sócrates. Em reunião da Comissão Ambiente do PE, em que apresentou o programa da presidência portuguesa, José Sócrates foi interpelado por um eurodeputado que lhe perguntou se concordaria com a suspensão dos fundos destinados à



correção das disparidades económicas nos países da União que violem a directiva comunitária Habitats, sobre a protecção das fauna e flora selvagens.

Directiva Habitats

«Apoiarei todas as acções legais da Comissão, não as ilegais», replicou o ministro português.

Em declarações aos jornalistas após a reunião da comissão parlamentar especializada, José Sócrates questionou-se sobre qual será a base jurídica de uma tal medida, caso venha a ser proposta pela Comissão Europeia.

Só na eventualidade improvável de o Conselho de ministros da União aprovar, Portugal a aceitaria sem reservas, deixou antever o ministro.

Segundo a Comissão de Bruxelas, Portugal é um de muitos Estados-membros da União com problemas de aplicação da lei europeia Habitats.

LIDERANÇA POLÍTICA DA UE NA COOPERAÇÃO COM OS ACP

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação defendeu no dia 22 uma maior liderança política da União Europeia face ao Desenvolvimento dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Luís Amado, que falava na Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros do Parlamento português, a quem informou sobre os objectivos e prioridades da presidência portuguesa para o sector do Desenvolvimento, pretende também uma «maior articulação» entre as instituições financeiras internacionais e a UE no combate à pobreza.

Reportando-se aos países em desenvolvimento, Luís Amado salientou que ao longo da última década houve uma desregulação da tutela política, e a UE teve uma política desenquadrada, o que também teve a ver com a falta de informação das políticas externas de cada Estado, situação que se repercutiu igualmente à escala da União Europeia.

O secretário de Estado aludiu aos recursos significativos que a política de desenvolvimento mobiliza, que sofrem entraves burocráticos e tecnocráticos, com as subsequentes consequências.

Por isso, a prioridade da política portuguesa é reabrir este debate, para se articularem coerentemente esforços e políticas da UE



para com África, sublinhou. Nesta base, o membro do Governo anunciou um debate importante em Berlim, com o Governo alemão, para uma reflexão sobre o papel da UE no desenvolvimento.

Redução da pobreza

No centro das preocupações das instituições financeiras (Banco Mundial e FMI) está a redução da pobreza, e a União Europeia não pode ficar à margem deste debate, reforçou Luís Amado, reclamando uma nova parceria

da UE com África, que apenas representa 2 por cento do comércio internacional. O secretário de Estado considerou estar-se no limiar de novas relações com o continente africano, em que a nova Convenção de Lomé prepara até 2008 acordos de parcerias regionais, salvaguardando as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), com incidência no vazio existente entre o Mediterrâneo (Norte de África) e a África do Sul, já que são essas duas regiões africanas que têm parcerias de facto com a UE.

O problema da imigração clandestina para a Europa Ocidental foi também exposto por Luís Amado, que referiu à cláusula introduzida no acordo assinado em Dezembro entre a UE e os países ACP.

A partir de agora, através de acordos bilaterais e multilaterais entre os Quinze e os países ACP, os imigrantes ilegais tanto podem ser sujeitos à readmissão no espaço da UE, como voltar aos seus países de origem.

Esta cláusula deparou com reticências da parte da Espanha, Itália e Grécia, bem como de muitos países ACP, que contudo acabaram por aceitá-la.

A nova Convenção do Lomé atribuiu um envelope de 13,5 mil milhões de euros (cerca de 2,7 mil milhões de contos) para os ACP para os próximos cinco anos.

Mobilização de recursos para Timor-Leste

O secretário de Estado da Cooperação anunciou ainda que na próxima semana haverá uma reunião em Lisboa sobre Timor-Leste com os principais doadores, que será um exercício de mobilização de recursos para Timor.

Na próxima semana, Luís Amado terá uma reunião específica com a comissão parlamentar de Economia sobre o mesmo tema.

PELA REDEFINIÇÃO DO PAPEL DA MULHER

A importância da mulher na emigração, como plataforma da união da família, de transmissão da cultura e objecto de políticas específicas para melhor integração na sociedade, foi salientada, no sábado, dia 19, em Lisboa, pela ministra para a Igualdade.

Maria de Belém – que participou no debate promovido pela Associação «Mulher Migrante» – defendeu um papel activo e determinante para a mulher nas sociedades de acolhimento, em complemento do desempenhado até agora – a maioria das vezes resumido à família.

Lembrou que, enquanto ministra da Saúde, foi muitas vezes abordada por emigrantes que desconheciam a forma de adquirir «pequenas coisas», como livros e jornais portugueses que os mantivessem informados da realidade portuguesa.

Durante o encontro – subordinado ao tema «Políticas para a Emigração e Comunidades Portuguesas» –, que reuniu diversas personalidades ligadas ao sector, foram também analisadas as medidas tomadas pós-25 de Abril para a emigração e as políticas para o século XXI.

Em representação do secretário de Estado das Comunidades, que está em visita à Índia, esteve no encontro Mafalda



Durão Ferreira, subdirectora-geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, para quem o maior

problema das políticas para as comunidades portuguesas é a escassez de meios.

Lembrou que as duas áreas vitais para as comunidades – a língua e a educação – nunca estiveram sob a responsabilidade total da Secretaria de Estado das Comunidades, uma vez que dependem do Ministério da Educação.

Considera necessário partilhar a reflexão sobre o papel estratégico das comunidades portuguesas e o papel de Portugal nas suas relações internacionais com outras pessoas que não tenham esta abordagem.

Comentando a ideia de que «somos um país de emigração», Mafalda Durão Ferreira apresentou dados do Instituto Nacional de Estatística que podem pôr em causa esta afirmação.

Segundo os dados, de 92 a 98 saíram do País 212 mil pessoas, a uma média de 30 mil por ano. Cerca de 62 por cento emigraram temporariamente e 37 por cento partiram com carácter permanente. Regressaram no mesmo período a Portugal, definitivamente, 138 mil pessoas, o que representa um saldo migratório de 74 mil pessoas.

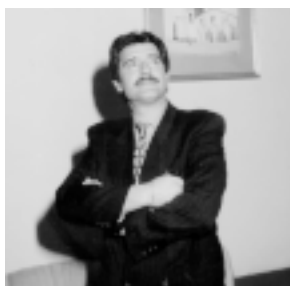
Mafalda Durão Ferreira anunciou que as prioridades do Governo socialista continuarão a ser a modernização consular e a valorização das comunidades portuguesas, através da participação cívica e política nos países onde vivem e trabalham.

SALEIRO RETIRA ACUSAÇÕES CONTRA JORNALISTA

O ex-governador civil de Beja António Saleiro garantiu, no dia 18, à Comunicação Social, ter desistido do processo judicial movido contra o jornalista Torcato Sepúlveda, acusado de «injúrias e difamação através da Imprensa».

O actual deputado do PS à Assembleia da República (AR), e também ex-presidente da Câmara de Almodôvar, justificou a sua atitude ao explicar que aceita o «pedido de desculpas público» de Torcato Sepúlveda, publicado sexta-feira no jornal «O Semanário».

«O assunto por mim está encerrado e já dei ordens aos meus advogados para retirarem todas as acusações contra esse jornalista. Compreendo que por vezes os profissionais da Comunicação Social podem ser enganados pela fontes», referiu. Afirmando apenas ter levantado o processo porque, «caso o jornalista não apresentasse desculpas, o juiz decidiria», Saleiro sublinhou: «Como tudo está



resolvido e o Torcato Sepúlveda reconhece que a sua interpretação dos factos poderia ter sido outra se me tivesse ouvido, não é preciso ir mais longe».

Para o parlamentar socialista, a própria exigência das fontes de manterem o anonimato «é significativo» de que as informações prestadas ao jornalista

apenas visaram manchar o seu bom-nome e que «foram prestadas por gente que não respeita ninguém».

O caso reporta-se a notícias publicadas, durante o Verão de 1997, no jornal «O Semanário», onde Torcato Sepúlveda trabalhava na altura, nas quais o então governador civil de Beja era acusado de abuso de poder, falsificação de documentos, corrupção passiva e enriquecimento ilícito.

António Saleiro, que em Novembro do mesmo ano se demitiu do cargo, decidiu então levantar um processo judicial contra aquele jornalista, cujo julgamento se iniciou no passado dia 4, ficando marcada nova audiência para a passada segunda-feira, dia 21.

Segundo afirmou Saleiro, esta nova sessão não se realizaria pois «não faz sentido continuar o julgamento».

«Fui ofendido, vilipendiado e muito maltratado e é sempre agradável que um jornalista que escreveu coisas sobre mim

que não correspondem à verdade venha pedir desculpas e reconhecer que errou», realçou e acrescentou que «não se trata de satisfação pessoal».

Embora tendo desistido das acusações contra Torcato Sepúlveda, e depois de o Tribunal de Almodôvar ter há alguns meses arquivado o processo contra outro jornalista, ainda permanecem acusados outros cinco profissionais.

Num artigo publicado recentemente por Torcato Sepúlveda este afirma: «analisando friamente o texto, à distância de mais de dois anos, reconheço que o deveria ter ouvido (a Saleiro) e admito que, se o tivesse feito, os juízos de valor que emiti pudessem ter sido diferentes».

«Reconheço que expressões constantes do comentário poderão ter sido entendidas como difamatórias, pelo que as retiro, pedindo a António Saleiro que aceite esta explicação, lamentando os incómodos que, nesse caso, possa ter causado», pode ler-se no texto.

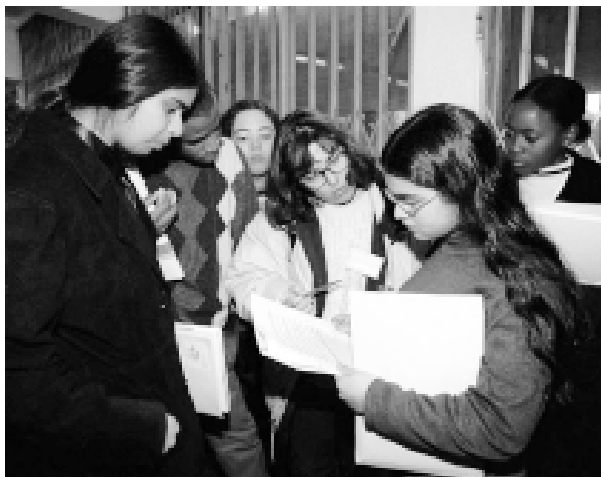
JOGO DA CIDADANIA

A Secretária de Estado da Juventude quer despertar o interesse dos jovens para as questões europeias de uma forma lúdica, através de um jogo que vai envolver todas as escolas secundárias do País e que foi apresentado, no dia 21, em Bragança.

O «Hemiciclo» é o nome do jogo da cidadania que desafia os jovens das 660 escolas secundárias de Portugal a lançar ideias e projectos para a União Europeia, percorrendo todas as etapas democráticas que levam à constituição dos órgãos de decisão da Europa.

A primeira simulação foi feita na segunda-feira de manhã, em Bragança, pelas três escolas secundárias da cidade – Miguel Torga, Emídio Garcia e Abade de Baçal –, na presença do ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara e do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Os governantes aplaudiram a forma como as jovens de Bragança simularam todo o processo, desde a constituição de listas para a campanha eleitoral, à apresentação dos respectivos programas, seguido da eleição dos elementos que constituiram a assembleia nacional, onde se discutiram as questões que os diversos grupos parlamentares consideraram fundamentais



para a construção do futuro da União Europeia.

Os temas abordados não foram escolhidos ao acaso, mas de acordo com um questionário que acompanhará o processo

de candidatura de cada escola e onde se pergunta aos candidatos qual a solução que defendem para a eleição do presidente da União Europeia, do alargamento a outros países, entre outras.

«Esta é uma forma lúdica e divertida de acabar com o alheamento dos jovens para as questões europeias e promover a participação, que fica muitas vezes reduzida aos técnicos e aos políticos», considerou o secretário de Estado da Juventude.

Miguel Fontes realçou que Bragança foi a escolhida para lançar esta iniciativa de uma forma simbólica, visando mostrar que o que se pretende é envolver todos, especialmente os jovens que vivem nas regiões menos próximas dos centros de poder.

«Ficarei especialmente satisfeito se a escola vencedora deste programa for do distrito de Bragança», afirmou o ministro adjunto, Armando Vara, gracejando com a imparcialidade possível de quem tem as suas raízes nesta zona.

A simulação da passada segunda-feira deverá repetir-se em todas as escolas secundárias de Portugal, que vão eleger os representantes para uma assembleia nacional, de onde sairá a vencedora do programa, que receberá como prémio uma viagem ao Parlamento Europeu e dez computadores com o respectivo equipamento informático.

Todas as escolas participantes vão também ser premiadas com cartões de alberguistas e descontos nas pousadas da juventude portuguesas.

UM MILHÃO DE PORTUGUESES COM E-MAIL GRATUITO

Um passo importante na criação do Portugal.com e na democratização da Sociedade da Informação são dois objectivos mais fáceis de alcançar com o serviço «megamail», apresentado, no dia 21, no Parque das Nações, em Lisboa.

O Ministério da Ciência e da Tecnologia, através da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), uniu esforços à Telecel e à Sun Microsystems para criar o «megamail», um serviço de correio electrónico, grátis, seguro, independente e residente em Portugal.

Desde segunda-feira estão disponíveis até um milhão de caixas de correio electrónico nos portais megamail.pt e netc.pt, onde o cibernauta português se pode registar.

«O desenvolvimento de parcerias entre o Estado e as empresas privadas irá determinar o futuro nestas matérias», afirmou o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presente na apresentação pública do «megamail», um projecto orçado em um milhão de contos.

«Os portugueses têm de saber mais sobre as novas tecnologias da informação. O



megamail vem suprir uma lacuna que existia pois é um sistema de correio electrónico gratuito, seguro, viável e de larga escala», acrescentou o governante.

Segundo Mariano Gago, o futuro da cidadania

passa pelo acesso de todos os cidadãos às novas tecnologias e a um endereço de correio electrónico, actualmente tão ou mais importante que um endereço postal.

O «megamail», segundo explicou Pedro

Weiga da FCCN, distingue-se pela alta disponibilidade, acessibilidade e escalabilidade. Isto é, está dimensionado inicialmente para suportar 200 mil caixas electrónicas, sofrendo incrementos sucessivos da sua capacidade, na ordem dos cem mil, sempre que seja atingida uma utilização de 75 por cento da capacidade instalada.

O serviço poderá crescer até ao milhão de caixas, mantendo a qualidade e performance.

O ministro da Ciência lembrou a oportunidade que a Presidência Portuguesa da União Europeia significa na dinamização da sociedade de informação e do conhecimento.

«Pela primeira vez irá ser discutido em Conselho Europeu o tema Ciência e Tecnologia», acrescentou.

De acordo com Mariano Gago, é uma oportunidade de activar o desenvolvimento europeu na harmonização entre emprego e qualificação específica neste sector (ainda muito deficitária na Europa), desenvolvendo, ao mesmo tempo, as infra-estruturas nacionais.

CRESCIMENTO RONDOU TRÊS POR CENTO EM 1999

A economia portuguesa cresceu cerca de três por cento em 1999. A revelação foi feita, no dia 17, na Síntese de Conjuntura do Instituto Nacional de Estatística (INE) referente a Janeiro deste ano.

De acordo com o INE, tal desempenho deveu-se ao facto da economia ter reanimado na segunda metade de 1999, após ter abrandado nos seis primeiros meses do ano.

Nos indicadores da síntese, o INE adianta que a indústria transformadora e as obras públicas são as principais responsáveis pelo comportamento da economia no ano passado, com desaceleração na primeira metade do ano e recuperação no segundo semestre.

O indicador de actividade económica (coincidente) do INE, que mede a tendência actual da economia portuguesa, revela uma recuperação do segundo para o terceiro e do terceiro para o quarto trimestres, ao contrário de idêntico indicador do Banco de Portugal, que aponta para uma tendência continuada de abrandamento até ao último trimestre do ano passado.

O valor assumido pelo indicador coincidente do Instituto Nacional de Estatística foi no quarto trimestre de 1999



já ligeiramente superior ao verificado em trimestre homólogo de 1998.

O INE prevê que o ritmo de crescimento económico melhore durante a primeira metade de 2000, em especial na indústria transformadora, nas obras públicas e na hotelaria.

O indicador de clima económico, que reflecte o andamento e perspectivas da indústria, construção e comércio, melhorou ligeiramente em Janeiro, com evoluções favoráveis na indústria e no comércio e um abrandamento na construção.

De notar, contudo, que o indicador coincidente da formação bruta de capital fixo (principal componente do investimento) desacelerou significativamente no quarto trimestre de 1999 e prolongou a tendência de abrandamento para os três meses terminados em Janeiro.

O INE adianta que esta tendência resultou do abrandamento na compra de habitações e do menor dinamismo da compra de máquinas e equipamentos e de veículos comerciais ligeiros.

Acrescenta que o enfraquecimento da procura de habitações está a reflectir-se nas intenções de investimento na construção residencial.

Apesar desta situação, o investimento empresarial terá mantido uma tendência positiva, com um crescimento de 22,6 por cento em Novembro do crédito concedido para este fim.

O indicador de procura externa, que mede a evolução em valor (euros) das importações dos principais países clientes de Portugal, manteve uma acentuada tendência de recuperação até Novembro. O INE assinala que o valor das exportações de mercadorias para os mercados extracomunitários recuperou no quarto trimestre de 1999, apresentando um aumento de 12,4 por cento.

Refere que a subida dos preços dos combustíveis e o dinamismo da procura interna justificam o forte crescimento das importações portuguesas até Outubro.

O INE recorda que o emprego continuou a evoluir favoravelmente no quarto trimestre, permitindo uma nova descida da taxa de desemprego, e admite para o primeiro trimestre de 2000 uma evolução menos desfavorável do emprego na indústria (que baixou em 1999) e um aumento mais forte do emprego na construção, compensando uma desaceleração do crescimento do emprego em sectores de serviços.

Observa ainda o Instituto Nacional de Estatística que a inflação subiu ligeiramente em Janeiro devido à actualização de preços de alguns serviços, mas a tendência de fundo manteve-se estável.

Prevê, contudo, que a inflação dos bens não alimentares possa continuar a subir nos próximos meses dado que a inflação se mantém em alta no exterior e têm crescido os preços das matérias-primas.

MEIO MILHÃO DE CONTOS PARA HUMANIZAR CUIDADOS AOS DOENTES

O Ministério da Saúde vai despende meio milhão de contos para financiar projectos das instituições de saúde orientados para a humanização dos cuidados prestados.

A medida foi anunciada pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, durante a cerimónia de posse dos novos dirigentes dos organismos do ministério, que decorreu em Lisboa, e só terá início com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para este ano.

O montante em causa será cedido às instituições de saúde através da Comissão Nacional para a Humanização - que, até à data, dispunha de verbas que rondavam os 250 mil contos anuais -, e atribuída apenas para a continuidade de projectos já implantados.

Relativamente a outras medidas consideradas prioritárias pela tutela, nomeadamente a redução das listas de espera, Manuela Arcanjo destacou como objectivo do ministério que tutela a «inexistência de listas de espera para

cirurgia cardíaca e oncológica».

Com a intenção de «tornar mais atractiva» para os hospitais a adesão ao programa, Manuela Arcanjo procedeu já a algumas alterações no processo de participação dos hospitais.

Entre as alterações, destaque para a correcção do preço de algumas intervenções e a retirada da referência à obrigatoriedade da equipa-tipo.

Quanto à cerimónia, que empossou os novos dirigentes da Secretaria-Geral, Direcção-Geral de Saúde, Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, Instituto de Gestão Informática e Financieira da Saúde, Departamento de Recursos Humanos e Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, a ministra considerou-a necessária para «uma nova etapa na reforma da Saúde».

Ressalvou, no entanto, que o projecto da actual equipa «não é de ruptura com a anterior, mas também não é de absoluta continuidade».

APROVADOS 230 PROJECTOS DE MODERNIZAÇÃO DA FROTA

A região do Algarve viu aprovados durante o ano de 1999 um total de 230 projectos de modernização da frota pesqueira, envolvendo um investimento total de cerca de 1,4 milhões de contos.

Segundo a da Secretaria de Estado das Pescas, chefiada por José Apolinário, os projectos aprovados no âmbito do programa ICPESCA, envolvem um incentivo global de fundos nacionais e comunitários na ordem dos 1,1 milhões de contos.

A maioria dos projectos dizem respeito a embarcações matriculadas em Olhão (84), Tavira (47), Vila do Bispo/Sagres (35), Vila Real de Santo António (20), Quarteira (20), Faro e Lagos, com seis cada e Albufeira (três).

Os projectos em causa vão ser executados ao longo do corrente ano, representando um esforço nacional «muito significativo de modernização da pesca local e costeira».





Cascais

Autarquia apoia instituições de solidariedade

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar um conjunto de subsídios no valor de mais de 26 mil contos a instituições de solidariedade do concelho que desenvolvam projectos de apoio social a crianças e à população idosa, permitindo o desenvolvimento de projectos contra a pobreza e a exclusão social.

Fafe

O maior orçamento de sempre

Para este ano o município de Fafe tem o maior orçamento de sempre, aprovado por maioria, importando em 5,430 milhões de contos e que prevê um investimento da ordem dos 3,4 milhões de contos.



No orçamento uma grande fatia vai para a educação e cultura, o que se traduz na construção de vários edifícios novos para a pré-primária e no seu apetrechamento didáctico-pedagógico.

Também vários edifícios escolares do ensino básico vão ser recuperados e será uma realidade a aposta na informatização das escolas.

Na cultura, destaca para o arranque da nova biblioteca municipal.

Faro

Idosos festejaram São Valentim

Inserida nas actividades do seu Programa Autárquico de Apoio à Terceira Idade (PATIA), a Câmara de Faro organizou no dia 14 em conjunto com a Casa do Idoso de Meio Rural de Faro a Festa de São Valentim.



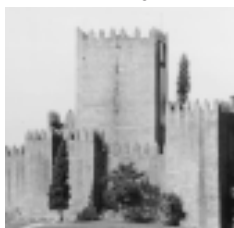
A Festa, pelo seu significado, exprime muito do espírito com que a autarquia criou o

PATIA, uma vez que, para além das acções de apoio social, se procura criar condições para que os mais velhos potenciem a sua criatividade, convivialidade e auto-estima.

Guimarães

Imagem gráfica do município ganha prémio nacional

A nova imagem gráfica do concelho de Guimarães, que, em todos os documentos municipais, veio substituir o brasão vimaranense por uma representação da muralha da cidade associada à palavra «Guimarães», foi premiada com o Prémio Nacional na área do design.



Francisco Providência, autor do grafismo adoptado, e Amadeu Portilha, em representação do presidente da Câmara Municipal, receberam a distinção pelas mãos do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Loulé

Câmara promove cultura portuguesa no século XX

Fornecer uma visão panorâmica dos diferentes movimentos culturais do século XX foi o principal objectivo do «Curso breve de cultura portuguesa do século XX», que decorreu nos dias 9 e 10 de Fevereiro em Loulé.

Segundo os promotores da iniciativa, «estes movimentos reivindicaram uma estética moderna, em clara ruptura com o discurso e as práticas dominantes do tempo».

O curso, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Loulé e do Instituto Português do Livro e da Leitura, teve como formador Jorge Ramos do Ó, mestre em História dos séculos XIX e XX e professor assistente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

A acção, com inscrição gratuita e aberta a toda a população interessada, teve uma duração de 15 horas, repartidas por dois dias de aulas nas instalações do Instituto Universitário Afonso III.

Esta iniciativa insere-se no âmbito do programa da autarquia de animação e promoção do livro e da leitura.

Ovar

Projecto de luta contra a pobreza

A Câmara Municipal de Ovar deliberou

continuar a apoiar o projecto de luta contra a pobreza que está a ser desenvolvido nos bairros piscatórios de Esmoriz e Cortegaça.



Na origem desta decisão está o reconhecimento do êxito e da importância do trabalho realizado desde 1996 nos dois bairros.

Emprego e formação profissional, saúde, educação, ensino, desporto e prevenção da toxicod dependência são algumas das áreas do projecto de luta contra a pobreza nos bairros de Esmoriz e Cortegaça.

Povoação

Prevenção de cheias

Um delegação da Coba, empresa que está a fazer o projecto de prevenção de cheias do concelho da Povoação, englobando as bacias hidrográficas das Furnas/Ribeira Quente, esteve recentemente a trabalhar no concelho.

O trabalho da delegação da referida empresa foi acompanhado por técnicos da Câmara da Povoação, Secretaria Regional do Ambiente, Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Sintra

Teatro virtual abriu ao público

O teatro virtual que passou do pavilhão do Japão na Expo'98 para o Parque da Liberdade, em Sintra, abriu as portas ao público no dia 1 de Fevereiro.



Aquele teatro, que funciona através de um sistema denominado de «visão mágica», foi doado à Câmara de Sintra pela Organização Oficial do Comércio Externo do Japão (JETRO) depois da exposição mundial de Lisboa.

A Câmara de Sintra ficou encarregue da construção do espaço, que custou 20 mil contos e é considerado pela presidente da

autarquia, Edite Estrela, «perfeitamente adequado ao Parque da Liberdade, porque não choca com a paisagem», dado ser revestido a madeira.

O espaço foi apresentado à Comunicação Social em Dezembro e a autarquia frisou que, «além do aspecto lúdico, o sistema tem uma componente pedagógica, porque suscita nas crianças o interesse em conhecer melhor a ligação histórica entre Portugal e o Japão».

É por este motivo que a autarquia está a apostar na divulgação do espaço junto das escolas do concelho para a organização de visitas.

O espectáculo virtual, que dura cerca de dez minutos, explica os primórdios do intercâmbio entre Portugal e o Japão e retrata uma cidade portuária do século XVI, onde ocorreram trocas comerciais e culturais.

Descontos para municípios e escolas

A cidade é reproduzida numa maqueta onde são apresentadas imagens virtuais de personagens portuguesas e japonesas, vestidas a rigor e que recriam acontecimentos históricos.

Lúis Fróis, um missionário português do século XVI, relata os acontecimentos e conta o primeiro contacto que os japoneses tiveram com a cultura ocidental através dos portugueses.

Os bilhetes para assistir a este espectáculo virtual custam 200 escudos, havendo descontos para municípios e escolas.

Vila Real de S. António

Câmara apoia intervenção pedagógica no ensino básico

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António acaba de aprovar um conjunto de apoios para a dinamização de acções de intervenção pedagógica em 11 escolas do ensino básico, num projecto com um investimento estimado em cerca de seis mil contos.



O projecto de intervenção pedagógica visa incentivar a realização de projectos educativos e a aquisição de equipamentos didácticos inseridos em planos apresentados pelas escolas.

As duas principais acções, a avaliar pelo número de crianças inscritas, serão o desfile de Carnaval e o Concurso de Presépios no Natal.

PS EM MOVIMENTO

CACILHAS

PS debate Lisnave

O Secretariado da Secção de Cacilhas promove amanhã, dia 25, um debate subordinado ao tema «A situação da Lisnave e o futuro de Cacilhas», que contará com a presença do camarada Eduardo Duarte, administrador da Gestnave. O debate terá lugar nas instalações da Secção.

COIMBRA

JS quer Valle como presidente

A JS de Coimbra propôs ao secretário-geral do PS, camarada António Guterres, a indigitação do médico Fernando Valle para presidente honorário do Partido Socialista. A organização distrital, em carta remetida ao líder, diz que Fernando Valle, fundador do PS, «é uma referência inquestionável da democracia portuguesa». «Tal decisão seria com certeza justa e oportuna, medida que servirá para homenagear os mais dignos valores da liberdade, da fraternidade e da democracia, assim como salientar a generosidade cívica de quem fez da solidariedade uma forma devida», refere Ricardo Castanheira na carta. Para o líder distrital de Coimbra da JS, seria também uma homenagem oportuna a Fernando Valle por parte do PS, «o seu partido de sempre», num ano em que este elemento fundador vai completar um século de vida. Ricardo Castanheira refere que a morte recente do camarada Tito de Moraes, que era o presidente honorário do PS, deixou o partido mais pobre, e esse cargo sem titular.

MADEIRA

PS contra défice democrático

O PS na Madeira continua a não dar tréguas ao défice democrático instalado por Alberto Jardim que continua a fazer tábua-rasa das mais elementares regras democráticas, numa lógica do quero, posso e mando, numa total impunidade. Para o líder laranja na Madeira vale tudo para continuar no poder. É pois neste contexto, que o camarada Mota Torres, que se perfila cada vez mais como o futuro presidente do Governo Regional, continua a denunciar as diatribes do líder do PSD/Madeira. Assim, o presidente do PS/Madeira, camarada Mota Torres, considerou no dia 13 «inadmissível» que o presidente do Governo Regional receba os candidatos à liderança do PSD na Quinta Vigia, sede do Executivo regional. «Não passa pela cabeça de nenhum cidadão do país que o primeiro ministro receba em período de campanha interna na sua residência oficial em São Bento, os membros do seu partido», afirmou.

Iniciativa «teatral» e ridícula» de Jardim

O camarada Mota Torres criticou igualmente, em declarações na Calheta, a utilização de meios e dinheiros públicos nas chamadas «presidências abertas» para apresentação do próximo programa de governo, que Alberto João Jardim iniciou na Ribeira Brava. Mota Torres classificou de «teatral», e «ridícula» esta iniciativa do Governo Regional do PSD.

VILA REAL

PS quer mais verbas para a região

O PS de Vila Real apelou no passado dia 15 aos deputados e autarcas do PSD que «ajudem» a aumentar os fundos para a região, «utilizando também a sua influência». «É necessário que à capacidade de influência dos deputados do PS, do governador civil do distrito e de alguns autarcas, se juntem também os autarcas e deputados do PSD, para que se atinja, no final desta legislatura, um investimento da Administração Central na região de 250 milhões de contos», refere um comunicado dos socialistas de Vila Real. O texto salienta que aquela verba, «acrescida dos 150 milhões de contos de fundos comunitários, poderá ajudar a que o distrito atinja os níveis de desenvolvimento» desejado. O PS de Vila Real defende também a necessidade de aumentar o número de projectos do distrito que, nos termos da lei, possam ser incluídos em PIDDAC-Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, com vista ao maior desenvolvimento da região. «Nos últimos anos tem acontecido uma diminuição de projectos, o que levou a que as iniciativas dos serviços da administração central, da administração local, das fundações públicas e das associações privadas fossem todos incluídas em PIDDAC», acrescenta o comunicado.

Aposta nos recursos humanos

O texto considera, no entanto, o PIDDAC para 2000 para a região - prevendo investimentos

de 19 milhões de contos -, como «válido» e salienta as apostas na valorização dos recursos humanos, através de um investimento na área da educação, e no ensino superior e investigação, nomeadamente na construção do pólo de Chaves da UTAD-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os socialistas salientam ainda a intenção de desenvolver a região do Douro, com a utilização do rio e da linha férrea como instrumentos de fomento, de acesso e de diminuição das assimetrias.

Referem também o apoio a nível da componente ambiental, agrícola e florestal e a confirmação da política de infra-estruturas rodoviárias, com a aposta na construção do IP3, da A7 e da melhoria de condições de circulação nas estradas regionais e nacionais. Segundo o comunicado, no Orçamento de Estado para 2000, o Governo aumentou a transferência de recursos financeiros para os municípios e para as freguesias, que no distrito de Vila Real se traduz num incremento para as Câmaras que vai de 9,3 por cento a 12,9 por cento, e as freguesias vêem aumentar as suas verbas numa média de 12,2 por cento.

Comissão Política Concelhia de Oeiras organiza

I ENCONTRO DE QUADROS MÉDIOS e SUPERIORES

Tema

A participação na vida política

Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras
26 de Fevereiro, 10 às 19 horas

Convidados

Altos dignatários de cargos públicos do PS

Destinatários

Todos os quadros residentes no concelho, inscritos no PS concelhio e simpatizantes das teses do PS

Nota: Esta iniciativa um ciclo de acções programadas para o primeiro trimestre deste ano, que são subordinadas ao tema «Uma autarquia para o século XXI»

«Saúde que reforma»

Hotel Altis, dia 29 de Fevereiro, às 21.30 horas

Organização: FAUL

Convidados: ministros Manuela Arcanjo e Jorge Coelho

ENTRADA LIVRE

Bureau das socialistas europeias

A camarada Maria do Carmo Romão foi eleita, no passado dia 10 de Fevereiro, membro do Bureau da Comissão Permanente das Mulheres do Partido Socialista Europeu (PSE), numa eleição em que eram também candidatas representantes de Itália, Bélgica, França, Chipre, Alemanha e Espanha.



EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR EXIGEM DEBATE URGENTE

Há um debate sobre o futuro da Educação em Portugal que tem de ser feito com clareza e determinação - e esse prende-se com a adequação do sistema de ensino às necessidades e exigências do momento presente. A mundialização obriga a um esforço redobrado no sentido da qualidade, ligando mais nitidamente a valorização das pessoas e do factor humano à cidadania livre e responsável - na linha de um desenvolvimento económico, social e cultural que ponha a educação e a formação como primeira prioridade das políticas sociais.

É nesse sentido que se fala de uma nova geração de políticas sociais articulando educação, formação e emprego, coordenando educação, ciência e cultura - garantindo que a coesão social tem de se basear na igualdade de oportunidades, no combate a todas as formas de exclusão, na diferenciação positiva, na solidariedade cívica e no enraizamento de uma autêntica cultura de avaliação e de responsabilidade. Assim, a educação tem de ser vista no seu conjunto e o ensino superior não pode deixar de ser analisado integradamente no que vai da educação pré-escolar ao ensino secundário até à formação ao longo da vida, passando pelo ensino básico, pela formação de professores e pela autonomia das escolas. Só assim compreenderemos, na prioridade educativa, que o aluno seja o centro de toda a acção educativa (ligando a promoção da qualidade e o combate activo à exclusão) e que a coesão social e a justiça exigem respostas que mobilizem a sociedade para a valorização das pessoas e para conquista da qualidade. É fundamental, por isso, que ao pedir-se um debate, se utilize esse tempo para apresentar propostas alternativas, para introduzir clarificações e aperfeiçoamentos e para colocar o sistema educativo ao serviço do desenvolvimento e da qualidade. Por isso, o anteprojecto de proposta de lei sobre organização e ordenamento do ensino superior integra-se numa preocupação mais vasta de definir um novo paradigma estratégico para Universidades e instituições politécnicas. Não estamos, assim, perante mais um diploma mas perante uma clarificação necessária da rede educativa, em nome da relevância, da qualidade e da regulação. Dir-se-á que não há elementos inesperados.

De facto, em educação todos os movimentos espectaculares são contraproducentes - o gradualismo tem de ser a regra. Urge, por isso, partir da realidade (de toda a realidade) que temos e da sua experiência - procurando arrumar a casa com o que de bom já existe e o conhecimento do que é menos bom e introduzindo os aperfeiçoamentos que se exigem, a partir do que está testado e deu provas. Nesse sentido, mantém-se um sistema binário - Universidade, Politécnico



- clarificando-se as fronteiras, mas estabelecendo a intercomunicabilidade e a complementaridade.

E se estamos apostados em fazer do ensino secundário o fundamental regulador do sistema, com valorização das vias relevantes profissionais, tecnológicas e artísticas, ou em fazer da educação e formação ao longo da vida a grande aposta, com vias abertas certificadas de educação e formação que permitam a mobilidade e a comunicação entre subsistemas - com inexistência de «becos sem saída» ou de mecanismos de reprodução de desigualdades sociais e económicas, fácil se torna compreender que o ordenamento e a organização do ensino superior vai desempenhar uma função essencial na ligação entre o desenvolvimento do país, o ordenamento do território, a abertura de fronteiras e a internacionalização e a ligação à inovação científica e tecnológica. Qualidade e relevância são, pois, referências-chave, num tempo em que, depois de grande explosão do ensino superior particular e cooperativo do final dos anos oitenta e do insuficiente investimento do Estado na educação da primeira metade de noventa, se torna indispensável assumir as responsabilidades de serviço público e estabilizar toda a rede, nas relações entre os subsistemas universitário e politécnico, público e privado. Estabilizar a rede enquanto tal significa encará-la na sua complexidade e diversidade, sem discriminações ou privilégios, com regras comuns, claras e transparentes - evitando, pela regulação e pela avaliação, a proliferação de formações e de estabelecimentos que a sociedade e a economia não validam nem consideram como úteis e adequadas e garantindo que haja projectos autónomos e autênticas comunidades de saberes, competências para dar sentido autêntico ao serviço público da educação.

Poderia o Governo ter-se limitado a entregar,

como era seu direito e dever, uma proposta de lei na Assembleia da República, disponibilizando-se apenas para o debate que o Parlamento levará a efeito, no âmbito das suas competências próprias. Entendeu-se, porém, que era necessário ir mais além. Por isso, depois de ter sido feita uma exaustiva auscultação a todos os parceiros sociais do sector - na procura de um denominador comum - elaborou-se o anteprojecto, para poder ser enriquecido no debate que agora decorre, afim de que a proposta de lei venha a reunir o máximo de consenso possível, de modo a facilitar o trabalho parlamentar e a avançar-se o mais rapidamente possível na regulamentação sobre a qual daremos toda a informação ao órgão legislativo. Não pretendemos deste modo qualquer cheque em branco, que esta iniciativa não contempla e que, como bem sabem os conhecedores do tema, aqui não existe... Mas não desejamos uma lei hiperregulamentadora e rígida. Temos de falar cada vez mais de um ensino superior integrado e coerente, complementar e relevante, dando à Universidade e ao ensino politécnico a dignidade que merecem e que se lhes exige. O que está em causa é a qualidade da formação e a compreensão de que a sociedade portuguesa precisa de mais gente com formação relevante secundária e superior, ligando o desenvolvimento pessoal e cívico à competência científica e técnica e entendendo a importância quer da formação quer da inserção profissional. É nesta acepção que o Prodep III, no âmbito do QCA III (2000-2006), liga intimamente a valorização das pessoas e a qualificação dos profissionais à inserção social, ao emprego e ao combate à exclusão. E se insistimos na criação de comunidades de saberes e competências que têm de existir sempre, com estabilidade e durabilidade, a verdade é que o fazemos porque é chegado o momento de tornar claro, na prática, que sem ordenamento e sem uma

forte aposta na qualidade e na avaliação arriscamo-nos a ter um ensino superior em Portugal incapaz de responder no seu conjunto aos desafios da internacionalização e da inovação.

O conceito de rede revela-se, assim, indispensável. Trata-se, porém, de uma noção pouco utilizada até aqui e que agora se revela indispensável. Não pode haver mais decisões fragmentárias e espontaneístas sobre as novas instituições e as ofertas de formação. Uma instituição de ensino superior tem de possuir uma linha de rumo, uma lógica própria, tem de mobilizar adequadamente os recursos necessários e disponíveis e tem de se pautar por critérios e requisitos institucionais e científicos, aferíveis internacionalmente. Uma instituição de ensino superior tem de corresponder a uma «ideia de obra» com requisitos humanos e estruturais, tem de dispor de um corpo docente estável, próprio e qualificado, tem de possuir instalações, equipamentos, bibliotecas - numa palavra, tem de assumir uma identidade própria. Não se trata de usar apenas um rótulo, mas de constituir um projecto de conhecimento e de saberes, integrado, de modo coerente, numa rede nacional com elos estáveis e modos permanentes de cooperação entre subsistemas que não se limitem a obedecer a lógicas puramente locais ou fragmentárias.

Estamos, pois, longe de uma iniciativa anódina. E a reflexão irá contrariar essa ilusão de óptica. O debate político tem de ser feito sem subterfúgios. Não vai longe o tempo em que Adérito Sedas Nunes e João Pedro Miller Guerra afirmavam que a Universidade não se auto-reformaria. A realidade alterou-se profundamente, mas não esqueçamos esse alerta e trabalhemos para viabilizar mudanças que qualifiquem o país e as suas instituições. A sociedade tem de compreender que hoje uma estratégia de mudança na Educação exige que se recusem os caminhos fáceis ou que se mude apenas «alguma coisa para que tudo fique na mesma», na velha fórmula de Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

A internacionalização, a mobilidade e a ligação entre educação e economia obrigam a que criemos instituições fortes e de futuro (e não lugares passageiros ou de recurso) e a que consideremos as boas experiências da iniciativa estatal e não estatal. A facilidade temos de contrapor a exigência, ao casuismo o planeamento estratégico, à anomia a responsabilidade e à fábrica de aulas a comunidade. O debate aí está. Todos são chamados para ele. O que está em causa é criar, consolidar e avaliar instituições aptas a competir internacionalmente. A Europa do conhecimento não pode ser uma abstracção. É uma nova fronteira de rigor e de justiça. E afinal, quem teme a qualidade?

* Ministro da Educação
In «Expresso»

XENOFOBIA

Pedro Bacelar de Vasconcelos*

DA ÁUSTRIA A EL EJIDO PASSANDO POR OLEIROS

Portugal não tem sido um destino privilegiado pelos fluxos de imigrantes e de refugiados e, sendo assim, há que desconfiar severamente do quadro idílico pintado remotamente pela propaganda colonial-fascista de que os portugueses seriam um povo hospitaleiro e imune a sentimentos racistas — o que uma proflera miscigenação transcontinental certificaria...

Em Portugal como em Espanha, em Oleiros como em El Ejido, as autoridades locais minimizaram, contrafactualmente, a violência dos confrontos, negaram a sua ostensiva matriz racista e xenófoba por ser um índice incómodo da gravidade de problemas que não sabem ou não querem resolver e entravaram as medidas de emergência, recusando, como agora em Almeria, a disponibilização de terrenos para realojamento das vítimas.

Diluídas no quotidiano e disfarçadas com justificações evasivas, as atitudes intolerantes, discriminatórias ou meramente preconceituosas emergem entre nós, imprevisivelmente, a partir de circunstâncias complexas de ordem social, económica e cultural comuns aos países europeus, intimamente ligadas ao caos urbano, à insegurança, à pobreza e aos mecanismos de exclusão social.

As minorias étnicas representam uma parcela substancial do conjunto dos pobres. Em Portugal, os africanos e os ciganos representam também uma parte substancial da população dos estabelecimentos prisionais, entre condenados e detidos preventivamente. A miséria desenha, assim, um círculo perfeito. O desenraizamento e a debilidade económica tornam estas grupos especialmente vulneráveis ao apelo dos expedientes de sobrevivência que encontram ao seu alcance, seja o trabalho clandestino na construção civil, o serviço doméstico eventual, a venda ambulante ou as entregas ao consumidor na rede dos grandes negócios ilícitos — as armas e as



drogas. À miséria económica vêm somar-se os baixos níveis de escolarização, elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, a ausência de aptidões sociais e profissionais. O ciclo da exclusão fecha-se mas garantiu já a sua reprodução. Quando «um deles» é preso e condenado, não se confirma apenas a estigmatização de todo o grupo — «justifica-se» também, retroactivamente, o preconceito, a discriminação ou, tão só, a indiferença que começou por os acantonar numa terra de ninguém, entre a incerteza do trabalho precário e a tentação fatal do expediente criminoso. Na ausência de políticas de integração crescem as exigências de acção repressiva, cria-se uma opinião pública hostil e alimenta-se a convicção de que tudo se resume a casos de polícia. Pelo caminho ficaram absoldivos a miopia política, a indigência urbanística, a carência de projectos sociais e educativos, o alheamento dos eleitos.

Devido às disfunções que se criam,

desacreditou-se o Estado e a máquina da justiça, condenada à ineficiência no desempenho de papéis que não são seus, e desresponsabilizaram-se todos: os políticos e os administradores, os cidadãos e as autoridades.

É certo que a Áustria não é a Península Ibérica. Do Tirol à Polónia, construíram campos de extermínio para suprimir fisicamente «os indesejáveis». Na Península Ibérica, muito antes, fizemos deles cristãos-novos para lhes salvar a alma e entregamos os recalcitrantes ao zelo dos inquisidores do Santo-Ofício. Onde decorre a diferença entre o palhaço Haider com os seus «lapsos de linguagem» neo-nazi e a bucólica «ingenuidade» das milícias de Águeda. E por onde se percebe porque na Europa Central o rótulo da «extrema-direita» possa cobrar votos à esquerda, ao passo que na Europa do Sul, por enquanto, todos temem que os afugente.

Naturalmente, nos interstícios da

subsidiaridade, sempre poderá sobrar espaço para cómodas demissões. Mas é incontornável que os problemas afloram a partir do nível territorial, onde se joga definitivamente o destino das políticas de fundo — como se demonstrou em Vila Verde, quando uma Câmara descomprometida dos erros da gestão anterior, perflhou os programas sociais que tinha no terreno e lhes deu decisivo impulso.

É, por isso, fundamental que as estruturas de base dos partidos políticos não sejam tratadas com displicência pelos dirigentes como se fossem meras máquinas eleitorais. E que nas instâncias do poder local, por onde uma iniciação política democrática devia começar, a cultura cívica da liberdade, do pluralismo, da tolerância e da responsabilização individual corte o caminho à negligência criminosa, ao caciquismo e à barbárie.

*ex-governador civil de Braga

ACTUALIDADE

Torcato Sepúlveda

A PATULEIA CÍVICA DE ALMODÔVAR EXPLICAÇÃO DE TORCATO SEPÚLVEDA A ANTÓNIO SALEIRO

O comentário intitulado A Patuleira Cívica de Almodôvar que assinei no «Semanário» de 18/10/97, na sequência de uma reportagem de minha autoria sobre o concelho, contém aspectos que impõem um esclarecimento que julgo ser devido a António Saleiro.

Para a realização da referida reportagem, desloquei-me a Almodôvar, onde permaneci

alguns dias, tendo contactado com as fontes indicada, no texto sendo que algumas delas condicionaram as minhas declarações ao compromisso (que tive obviamente de assumir) de salvaguarda do seu anonimato. Foi-lo designadamente, por não possuir qualquer conhecimento directo anterior sobre a realidade do concelho. Como é bom de ver, formei, a partir dessas fontes, a suas convicção. E emiti os juízos

constantes do artigo em causa, inicamente com base nos depoimentos recolhidos, que tomei como bons, sem ter ouvido a versão de António Saleiro. Analisando friamente o texto, à distância de mais de dois anos, reconheço que o deveria ter ouvido e admito que, se o tivesse feito, os juízos de valor que emiti pudessem ter sido diferentes. Nesta conformidade, reconheço que expressões constantes do

comentário — nomeadamente as referências a um presidente da Câmara megalómano, ou a redes de influências, arrogância e despudor no enriquecimento — poderão ser entendidas como difamatórias, pelo que as retiro, pedindo a António Saleiro que aceite esta explicação, lamentando os incómodos que, nesse caso, possa ter causado.

In «Semanário»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Encontro em Abrantes

O ciclo de debates «Pensar Abrantes» prossegue amanhã, a partir das 21 e 30, na Biblioteca Municipal, com o tema «Nós pais... novos desafios».

No dia 29 está marcado um «Encontro com... Alexandre Honrado – O Maior dos Mistérios», pelas 10 e 30, também na Biblioteca.

Para os alunos do secundário a Biblioteca Municipal promove, na terça-feira, dia 29, as «Olimpiadas da Leitura 2000».

Guitarra em Albufeira

A Fundação Pedro Ruivo promove, amanhã, às 21 e 30, no Auditório Municipal, um *ensemble* de guitarra.

No mesmo local, mas no sábado, dia 26, a partir das 14 horas, decorre a conferência «A Radiologia e a Clínica na Mulher na Menopausa».

A exposição de cerâmica de Nuno Miguel Neto espera pela sua visita, na Galeria Municipal, até ao dia 18 de Março.

Passeio em Cascais

No próximo domingo, dia 27, a Câmara Municipal promove mais uma visita guiada, no âmbito dos Roteiros do Património, que terá como tema «Arquitectura de Veraneio».

Poesia em Coimbra

Hoje chega ao fim o ciclo de cinema «Vintage'99 – A Escolha do TAGV». Para a despedida foi reservada a exibição (18 horas e 21 e 45), do filme assinado pelo prestigiado cineasta norte-americano David Cronenberg, «Existenz».

Apolo, Ulisses e Dionísios são os «Mitos Clássicos na Poesia Portuguesa Contemporânea» que serão recriados pelo Teatro Clássico de Conimbriga, no Teatro Académico de Gil Vicente, amanhã (10 e 15 horas) e depois (10, 15 e 21 e 45).

A mostra «Picture House», com instalação de John Havelde, será inaugurada no dia 28, segunda-feira, às 18 horas, no Café-Teatro, permanecendo patente ao público até ao dia 30 de Março.

Assim vai o mundo é o espectáculo de dança, com concepção e coreografia de Sílvia Real, que poderá desfrutar se passar, na terça-feira, dia 29, pelas 21 e 45, no TAGV.

Rali em Fafe

O programa de animação infantil da Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian reservou, para hoje, o filme «Branca de Neve e os Sete Anões».

A contar para o campeonato nacional de ralis realiza-se, esta sábado, dia 26, o Rali Ezzo/FC Porto. Os troços de Montim serão percorridos de manhã e os de Fafe/Lameirinha e Fafe/Luilhas de tarde.

Encontra-se patente ao público até ao final de Março, na Galeria Fina Rosa, a exposição «Passagem do Último Milénio».

Jornal falado em Faro

Amanhã, assista a «O Informador» no Cinema Santo António ou, se preferir a realização de Danny Boyle, vá ver «The Beach» (A Praia), com Lenardo Di Caprio, no Cinema Golden City.

O PEN Clube Português, com a colaboração da autarquia local, apresenta no sábado, pelas 21 e 30, no Clube Farense, o Jornal Falado da Actualidade Literária.

O Jornal Falado, integrado na primeira tertúlia do ano 2000, contará com a presença dos poetas Ana Hatherly, Casimiro de Brito, José Fanha, Manuela Parreira da Silva, Virgílio Alberto Vieira e Ana Mafalda Leite.

A apresentação estará a cargo de João Barrento e Manuel Frias Martins.

Ainda integrado na tertúlia decorre o lançamento do quarto número das Actas de Poesia, uma publicação do pelouro da Cultura da Câmara Municipal.

Exposição em Ferreira do Alentejo

«Palavras da terra» é o nome da exposição que a Biblioteca Municipal tem patente ao público até ao final deste mês, diariamente, das 10 e 30 às 12 e 30, e entre as 14 e as 19 horas.

Filmes em Guimarães

Hoje será exibida no Auditório da Universidade do Minho, a partir das 21 e 45, a fita de Takeshi Kitano, «O Verão de Kikugiro».

O Cinema de São Mamede apresenta o filme «A Praia» nas sessões das 16 e 30 e das 21 e 45. De sábado a terça-feira poderá assistir a esta exibição às 15 e 30 ou a partir das 21 e 45.

A Hora do Conto da Biblioteca Municipal Raul Brandão traz para a manhã de sexta-

feira, dia 25 (10 e 30) «Devagar ou a Correr», de António Torrado.

A partir de amanhã poderá visitar a exposição de pintura de Pedro Chorão na Galeria JM Gomes Alves.

Desporto radical em Lisboa

Amanhã estreiam nas salas de cinema lisboetas os filmes «Mal», de Alberto Seixas Santos; «A Praia», de Danny Boyle; e «As Cinzas de Ângela», de Alan Parker.

No próximo domingo, dia 27, no Parque das Nações, disputar-se-á o III Campeonato de Patins em Linha, um evento que, à semelhança de edições anteriores, dará destaque ao *Half-Pipe* – vertente radical da patinagem em linha.

Integrado no Festival Extremos do Mundo, decorre, na segunda-feira, dia 28, pelas 21 e 30, no Pequeno Auditório da Culturgest, o espectáculo «Cinema dos Extremos do Mundo».

Teatro no Porto

A companhia teatral portuense Metamorfemfase estreia amanhã a peça «Judith», de Howard Barker.

O espectáculo estará em cena até ao próximo dia 10 de Março, na Capela Carlos Alberto, no Palácio de Cristal.

«Judith» tem encenação de João Paulo Costa, cenografia de Júlio Alves, figurinos de Catarina e Cátia Barros, sonoplastia de Luís Aly e desenho e luz de Mário Bessa. A interpretação da peça está a cargo do elenco da companhia, nomeadamente, André Baptista, Magda Santos e Sandra Salomé.

Concerto em Sintra

Hoje, pelas 21 e 30, haverá concerto na Escola Secundária Padre Alberto Neto, em Queluz, com a Orquestra Académica Metropolitana.

Amanhã, no Centro Lúdico de Rio de Moura realiza-se uma «Oficina do Som», entre as 9 horas e as 12 e 30 e a partir das 14 horas, prolongando-se até às 17 e 30.

SUGESTÃO

Forever Tango

«Tango é um sentimento que se dança.» Assim define o criador/director artístico do espectáculo «Forever Tango», Luís Bravo, aquele que é sagrado o *ritmo-pasión* dos argentinos em particular e da América Latina em geral.

O tango é uma história que se conta em três minutos. É paixão, melancolia, ternura. Mais do que uma dança, o tango é música, drama, uma cultura, um modo de vida.

«Forever Tango» é uma homenagem ao mais famoso estilo musical argentino a nível mundial. O espectáculo teve a sua primeira apresentação em San Diego, em 1990. No ano de 1996 estreou em São Francisco e ganhou o prémio Bay Area Critics Association Award para o melhor musical em digressão.

«Forever Tango» estreou na Broadway a 19 de Junho de 1997, obtendo um estrondoso sucesso, sucesso esse que promete repetir-se em Portugal.

Assim, o «Forever Tango» de Luís Bravo estará no palco do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a partir do dia 29 e até ao dia 12 de Março. A não perder!



POEMA DA SEMANA

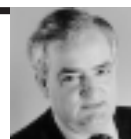
Carlos Paredes

*Ó guitarra lusitana.
Ó harpa das loucas correrias!
Salgado mar das fantasias...
É a voz do Povo que te chama!
Redentora e fraternal,
és tu quem anuncia
a hora da alegria
de ser de novo
o Povo,
o Rei de Portugal.*

Carlos Carranca
In «Sete poemas para Carlos Paredes»

Homagem a
CARLOS PAREDES
17 de Fevereiro, 21h30
Auditório da Delegação Regional do IPJ de Lisboa
Org. Sociedade da Língua Portuguesa

CNB – Companhia Nacional de Bailado apresenta com o Quarteto de Pianos de Amesterdão
«Petruchka» - Fokine/Stravinski
«A Sagração da Primavera»
Nijinski/Stravinski
26 Fev. – 21h30
27 Fev. – 16h30
TEATRO CAMÕES
Parque das Nações



IMPREVISIBILIDADE E IRRESPONSABILIDADE!

As democracias políticas fortalecem-se e sobrevivem com a alternância de poder. Isto implica a existência de partidos fortes e credíveis na oposição, que possam gerar, em cada momento, a estabilidade necessária em questões de Estado e a oposição imprescindível em questões de governo. Infelizmente o PSD, o principal partido da oposição, não é credível e não constitui portanto uma garantia de estabilidade para a democracia portuguesa, que será absolutamente indispensável para manter o país na trajectória de recuperação do nível socioeconómico face à média europeia. Partido permanentemente em crise, o PSD, é caracterizável essencialmente pela sua imprevisibilidade e pela completa irresponsabilidade dos seus actos. Imprevisibilidade que impede que se perceba qual é o traço fundamental da sua estratégia, o que o leva a privilegiar uma *auténtica política de terra queimada*, quer na gestão dos dossiers internos (como é o caso da Privatização da TAP por exemplo) quer na imagem que projecta

para o exterior do estado da oposição em Portugal (como é o caso das infelizes considerações sobre a verdadeira natureza do governo austríaco). Irresponsabilidade que o conduz a utilizar, menos de meio ano depois das últimas eleições legislativas, a *arma do botabaxo*, em sede de apreciação de um documento essencial da política portuguesa (como é o Orçamento de Estado) para gerar instabilidade e retrocesso. A posição infeliz assumida pelo PSD no recente debate orçamental anunciando a rejeição total da política apresentada pelo governo, antes mesmo de a conhecer, é um exemplo claro desta profunda *irresponsabilidade*. Dir-se-à que compete a um partido da oposição fazer oposição, não lhe podendo ser exigido que viabilize a política de que é alternativa. É verdade só que ... este juízo é relativo. É relativo porque tem de fundamentar-se numa avaliação realista e *consolidada* das políticas propostas, acentuando as suas deficiências, e afirmando opções diferentes; é relativo porque tem de levar

em linha de conta o momento político e as consequências que as suas atitudes podem gerar sobre a estabilidade política. A eventual rejeição do OE para o ano 2000, lançaria o país numa crise política que provavelmente conduziria a novas eleições. Tal não seria bom e nunca foi usado pelo PS enquanto Partido da Oposição. Por diversas vezes o PS votou contra o OE apresentado pelos governos do PSD, só que o fez em circunstâncias de maioria absoluta, portanto sem qualquer perigo de gerar uma crise política, e, sobretudo, dizendo de forma muito clara porque o fazia e qual a alternativa que propunha. Ora o PSD para lá da crítica geral à política orçamental, caracterizada como despesista, nunca apresentou qualquer alternativa credível, e, nomeadamente, não foi capaz de afirmar como reduziria a despesa. A especial situação do PSD, em véspera de Congresso (mais um) não justifica tudo: o PSD é mesmo assim, é um partido imprevisível e irresponsável. Que esta lição seja, sempre, reconhecida pelos portugueses.

«Em Portugal como em Espanha, em Oleiros como em El Ejido, as autoridades locais minimizaram a violência dos confrontos, negaram a sua ostensiva matriz racista e xenófoba por ser um índice incómodo de gravidade de problemas que não sabem ou não querem resolver»
Pedro Bacelar de Vasconcelos
Público, 18 de Fevereiro

«Ler e reflectir já deixou de ser rentável»
Alfredo Barroso
Expresso, 19 de Fevereiro

«Num universo de seis mil milhões de almas, apenas 248 milhões navegam na Internet. Isto é: "mundial" quer dizer "ocidental" e "ocidental" quer dizer "americano»
Idem, ibidem

«O Benfica acompanhou-me no exílio na Suíça, onde me dei conta do afecto que suscitava entre estrangeiros»
Medeiros Ferreira
Diário de Notícias, 20 de Fevereiro

«A amizade tem coisas óptimas, é assexuada, não é exclusivista, não tem ciúme»
António Lobo Antunes
Notícias Magazine, 20 de Fevereiro

«Nos livros estou a puxar as palavras do poço e faço uma página com sorte em 12 horas de trabalho»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____
 Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
 Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
 1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz